

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA – UNIFOR**

**CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

**VIVIANE DÁFILA ALMEIDA OLIVEIRA**

**NOVA SEDE DA PREFEITURA DE CAPITÓLIO, MINAS GERAIS.**

**FORMIGA – MG**

**2018**

VIVIANE DÁFILA ALMEIDA OLIVEIRA

NOVA SEDE DA PREFEITURA DE CAPITÓLIO, MINAS GERAIS.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFOR-MG, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.  
Orientador: Prof<sup>a</sup>. Ms. Alessandra Cláudia Cabanelas da Silva

FORMIGA – MG

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca UNIFOR-MG

O48 Oliveira, Viviane Dáfila Almeida.  
Nova sede da prefeitura de Capitólio, Minas Gerais / Viviane Dáfila  
Almeida Oliveira. – 2018.  
114 f.

Orientadora: Alessandra Cláudia Cabanelas da Silva.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e  
Urbanismo)-Centro Universitário de Formiga-UNIFOR, Formiga, 2018.

1. Prefeitura. 2. Acessibilidade. 3. Inclusão social. I. Título.

CDD 711.551

Catálogo elaborado na fonte pela bibliotecária  
Rosana Guimarães Silva – CRB6-3064

Viviane Dáfila Almeida Oliveira

NOVA SEDE DA PREFEITURA DE CAPITÓLIO, MINAS GERAIS.

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Arquitetura e  
Urbanismo do UNIFOR – MG, como requisito  
parcial para obtenção do título de Bacharel  
em Arquitetura e Urbanismo.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Ma. Alessandra Cláudia Cabanelas da Silva  
Orientadora

---

Prof. Dr. Clésio Barbosa Lemos Júnior  
Banca Examinadora  
UNIFOR-MG

---

Jéssika Gondim Santos  
Convidada

Formiga, 09 de novembro de 2018.

Dedico este trabalho à Deus,  
acima de tudo, à minha família,  
em especial, a minha mãe.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus, por nunca ter me desamparado nessa longa caminhada de cinco anos. Desde de minha aprovação no vestibular até o presente momento, Ele sempre esteve comigo, me dando forças para continuar, não desistindo de mim, mesmo quando eu mesma já tinha desistido. Sem dúvida alguma, sem Ele eu não estaria aqui.

Aos meus pais, Nicileide e Geraldo, que sempre estiveram comigo, me apoiando nos momentos mais difíceis, me impulsionando, não medindo esforços para me ajudar a realizar esse sonho, que também é o sonho deles. A minha irmã, Suellen, que nunca deixou de me ajudar sempre que precisei.

A todas as pessoas que Deus colocou em meu caminho, minhas amigas, Juliana, Fernanda, Bruna, Laryssa, Lauryana, Lorryne, Márcia, Gabrielle, Lorena, Samara e Sara, que choraram, riram, brigaram, se alegraram e se entristeceram comigo. Essa jornada foi infinitamente melhor com a presença dessas grandes irmãs de alma que o Senhor me deu de presente.

A minha orientadora Alessandra por todo o suporte oferecido no desenvolvimento deste trabalho e por todo o conhecimento obtido durante o curso.

Aos meus mestres, que muitas das vezes enxergaram um potencial em mim que eu mesma não enxergava, que tornaram os momentos dentro de sala de aula mais alegres e interessantes, que me ensinaram tudo o que sei hoje, me incentivando a buscar cada vez mais conhecimento, experiências e sabedoria.

Por fim, a todos os meus familiares e amigos, que direta ou indiretamente, me ajudaram na conclusão deste trabalho, meu eterno e carinhoso agradecimento.

*“Confie ao Senhor tudo o que você faz,  
e seus planos serão bem-sucedidos.”*

*(Provérbios 16:3)*

## RESUMO

Este presente trabalho compreende uma pesquisa teórica sobre administração pública e suas terminologias em geral, bem como o entendimento do funcionamento de uma prefeitura por meio da análise de obras análogas, além de uma análise da atual situação da prefeitura municipal de Capitólio, para, posteriormente, apresentar uma proposta arquitetônica de uma nova sede para prefeitura, com o objetivo de proporcionar uma edificação acessível, já que a atual sede não possui acessibilidade às pessoas com deficiência e necessidades especiais. A acessibilidade em prédios públicos é de extrema importância, já que esse tipo de edificação atende a um grande fluxo de pessoas diariamente, lidando com diferentes necessidades, sendo necessário a mesma promover a inclusão social. Além disso, uma nova sede proporcionará maior conforto aos servidores públicos, já que seus ambientes internos serão projetados, posicionados e dimensionados de forma correta. Espaços bem estruturados, que atendam a população local e visitante, de forma eficiente e satisfatória, permitem um melhor atendimento e desempenho dos servidores públicos. A partir deste diagnóstico, é notável o quanto se faz viável a implantação de tal empreendimento no município.

**Palavras Chaves:** Prefeitura. Acessibilidade. Inclusão Social.



## **ABSTRACT**

This work comprises a theoretical research on public administration and its terminologies in general, as well as the understanding of the functioning of a city hall through the analysis of similar works, as well as an analysis of the current situation of the municipal government of Capitólio, present an architectural proposal of a new headquarters for city hall, with the objective of providing an accessible building, since the current headquarters does not have accessibility for people with disabilities and special needs. Accessibility in public buildings is of extreme importance, since this type of building meets a large flow of people daily, dealing with different needs, and it is necessary to promote social inclusion. In addition, a new headquarters will provide greater comfort to public servants, since their internal environments will be designed, positioned and dimensioned in the correct way. Well structured spaces, which meet the local and visiting population, efficiently and satisfactorily, allow a better service and performance of public servants. From this diagnosis, it is remarkable how much the implantation of such enterprises in municipality becomes viable.

**Keywords:** City Hall, Aecessibility to the physical environment. Social Inclusion.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Acesso da Prefeitura Municipal de Capitólio. ....	39
Figura 2 – Localização do município de Capitólio no Estado de Minas Gerais. ....	40
Figura 3 – Área de projeto em relação a cidade. ....	45
Figura 4 – Levantamento topográfico da área de projeto. ....	45
Figura 5 – Face frontal da área de projeto (portão fechado). ....	47
Figura 6 – Fachada frontal da área do projeto (portão aberto).....	48
Figura 7 – Área interna do terreno. ....	48
Figura 8 – Entorno da área do projeto (Casa Inventariada) ....	49
Figura 9 – Entorno da área do projeto.....	49
Figura 10 – Ventilação e insolação. ....	50
Figura 11 – Delimitação da área de entorno a ser analisada. ....	51
Figura 12 – Mapa de hierarquia viária. ....	52
Figura 13 - Mapa de cheios e vazios.....	53
Figura 14 – Mapa de uso e ocupação do solo.....	54
Figura 15 – Mapa de gabarito de altura das edificações.....	55
Figura 16 – Mapa de áreas verdes e arborização. ....	56
Figura 17 – Mapa de hidrografia e drenagem. ....	57
Figura 18 – Mapa de equipamentos urbanos comunitários.....	58
Figura 19 – Mapa de mobiliário urbano.....	59
Figura 20 – Edificação “flutuante”.....	60
Figura 21 – Telhado Verde.....	61
Figura 22 – Átrio Interior.....	62
Figura 23 – Fachada. ....	62
Figura 24 – Planta Baixa Pavimento de uso comum.....	63
Figura 25 – Planta Baixa pavimento exclusivo dos funcionários.....	63
Figura 26 – Corte. ....	64
Figura 27 – Desenho da Fachada. ....	64
Figura 28 – Antiga Sede da Prefeitura. ....	65
Figura 29 – Justaposição do antigo e novo edifício da Prefeitura. ....	66
Figura 30 - Ampliação da Prefeitura.....	66
Figura 31 – Atmosfera histórica da cidade no novo edifício. ....	67
Figura 32 – Planta Baixa Pavimento Térreo.....	68

Figura 33 – Planta Baixa Pavimento Superior.....	68
Figura 34 – Estrutura em balanço. ....	69
Figura 35 – Abstração da fachada e da estrutura. ....	70
Figura 36 – Implantação.....	71
Figura 37 - Planta Baixa. ....	71
Figura 38 – Corte. ....	72
Figura 39 – Detalhe da estrutura.....	72
Figura 40 – Detalhe vigas e pilares. ....	73
Figura 41 – Relação edifício e parque.....	74
Figura 42 – Ambiente interno de trabalho. ....	74
Figura 43 – Cobertura ondulante.....	75
Figura 44 – Planta Baixa Térreo.....	77
Figura 45 – Planta Baixa Pavimento Superior.....	77
Figura 46 – Corte Transversal.....	78
Figura 47 – Corte Longitudinal. ....	78
Figura 48 – Fluxograma da edificação. ....	82

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cronograma de Atividades (Primeira Fase). .....	17
Quadro 2 – Cronograma de Atividades (Segunda Fase). .....	18
Quadro 3 – Programa de Necessidades. ....	80

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Temperatura e precipitação anual de Capitólio. ....	46
---	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público
- EUA – Estados Unidos da América
- GLP – Gás Liquefeito de Petróleo
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBDD – Instituto Brasileiro da Pessoa com Deficiência
- IT – Instruções Técnicas
- NBR – Norma Brasileira
- PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico
- TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
1.1	Tema e problema	15
1.2	Justificativa	16
1.3	Objetivos	16
1.3.1	Objetivo geral	16
1.3.2	Objetivos específicos	16
1.4	Metodologia	17
1.5	Cronograma de Atividades	17
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>19</b>
2.1	A origem e os parâmetros que definem a administração pública	19
2.2	Histórico da administração pública no Brasil	20
2.3	Administração patrimonialista, burocrática e gerencial	24
2.3.1	Administração Patrimonialista	24
2.3.2	Administração Burocrática	25
2.3.3	Administração Gerencial	26
2.4	Arquitetura Governamental	27
2.4.1	Sustentabilidade	28
2.4.2	Transparência	29
2.4.3	Acessibilidade	29
2.5	Acessibilidade e inclusão social	30
2.5.1	Arquitetura Acessível	31
2.5.2	Norma de acessibilidade – NBR 9050/2015	33
2.5.3	Manual de Acessibilidade em Prédios Públicos	33
2.6	Legislação	34
<b>3</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO</b>	<b>39</b>
<b>4</b>	<b>DIAGNÓSTICO DO SÍTIO E REGIÃO</b>	<b>40</b>
4.1	Capitólio/MG – histórias e características gerais	40
4.1.1	Balneário Escarpas do Lago	43
4.1.2	O bem cultural de Capitólio	43
4.2	Estudo da área de projeto e seu entorno	44
4.2.1	Dados iconográficos	47
4.2.2	Condicionantes climáticos	50

4.3	Análise dos mapas-síntese .....	51
5	LEITURA DE OBRAS ANÁLOGAS .....	60
5.1	Prefeitura de Viborg .....	60
5.2	Prefeitura de Tønder .....	65
5.3	Prefeitura de Montigny-le-Tilleul.....	69
5.4	Prefeitura de Buenos Aires. ....	73
6	PROPOSTA PROJETUAL .....	80
6.1	Programa de Necessidades .....	80
6.2	Fluxograma.....	81
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	83
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	84



## **1 INTRODUÇÃO**

A Prefeitura é uma instituição de extrema importância para o município, pois é a sede do poder administrativo municipal, e é dela que saem as principais atividades que serão desenvolvidas na cidade, desde projetos de desenvolvimento econômico até a aplicação dos recursos disponíveis.

Por isso, o ambiente de trabalho deve ser organizado, planejado e confortável para a melhor produtividade dos funcionários, já que um ambiente sem conforto afeta diretamente os níveis de concentração de seus usuários e conseqüentemente seu desempenho.

Também deve ser um local acessível à toda população, com ambientes de fácil acesso e circulação, que atenda toda a demanda municipal de forma eficiente e rápida, com espaços amplos, integrados, proporcionando um uso conjunto do público e dos servidores, de forma produtiva e apropriada.

Além disso, um edifício público, como uma Prefeitura, deve proporcionar espaços agradáveis e bem estruturados para uma melhor satisfação dos usuários.

Para encarar os novos desafios que a sociedade impõe, uma nova Sede Municipal impulsionará o desenvolvimento da cidade.

Este trabalho apresenta alguns conceitos sobre edificações administrativas públicas e acessibilidade.

### **1.1 Tema e problema**

O presente trabalho tem por propósito a elaboração de um embasamento teórico para posterior desenvolvimento de um projeto arquitetônico de uma Prefeitura Municipal em Capitólio, Minas Gerais.

A falta de acessibilidade da atual sede da Prefeitura Municipal impede ou dificulta o acesso de pessoas com deficiência a edificação e aos serviços nela oferecidos.

## **1.2 Justificativa**

Uma infraestrutura de qualidade tem interferência direta na produtividade dos servidores públicos, no controle da administração pública, na integração da população com a edificação e os serviços nelas prestados.

Dessa forma, esse estudo se justifica por buscar contribuir com a infraestrutura da administração pública, propondo um novo edifício para a Prefeitura Municipal, visto que o atual prédio dificulta e algumas vezes não possibilita o acesso de pessoas com deficiência ou portadoras de alguma necessidade especial.

A acessibilidade em edifícios públicos é mais que uma necessidade, é uma obrigação, já que pertence ao povo e deve atendê-lo sem nenhuma exceção. O

## **1.3 Objetivos**

Este tópico demonstra quais os objetivos do presente trabalho, sendo objetivo geral e os objetivos específicos.

### **1.3.1 Objetivo geral**

O objetivo geral deste TCC fundamentação é produzir um estudo de embasamento teórico acerca do tema exposto com o objetivo de dar assistência no desenvolvimento de uma Sede da Prefeitura em Capitólio, Minas Gerais.

### **1.3.2 Objetivos específicos**

- 1) Revisão do tema.
- 2) Pesquisa sobre o tema, tal como a definição de administração pública.
- 3) História da Administração Pública Brasileira
- 4) Arquitetura Governamental.
- 5) Acessibilidade.
- 6) Normas Técnicas vigentes.
- 7) Contextualização do objeto de estudo.
- 8) Análise da região de implantação do projeto.

- 9) Pesquisa de obras análogas em busca de referências projetuais.
- 10) Elaborar um programa de necessidades e o fluxograma para a proposta de sede da prefeitura.

#### 1.4 Metodologia

Para a elaboração deste trabalho de fundamentação primeiramente será realizado uma pesquisa bibliográfica acerca do tema, juntamente com normas vigentes. Posteriormente, será feito um estudo sobre a região de implantação do projeto, por meio de diagnósticos do entorno do terreno, das vias de acesso existentes, análises da insolação e do vento dominante. Por fim, será realizada uma pesquisa sobre obras similares à proposta do trabalho, além da elaboração de um programa de necessidades e um fluxograma.

#### 1.5 Cronograma de Atividades

Quadro 1 – Cronograma de Atividades (Primeira Fase).

<b>TCC - FUNDAMENTAÇÃO</b>					
<b>Atividades</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>
Pesquisa Bibliográfica	X	X	X	X	
Leitura de Projetos		X	X	X	
Diagnóstico do Terreno			X	X	
Fundamentação				X	
Formatação e Revisão				X	X
Apresentação					X

Fonte: Da autora (2018).

Quadro 2 – Cronograma de Atividades (Segunda Fase).

<b>TCC - PROPOSIÇÃO</b>					
<b>Atividades</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>
Conceito e Partido	X				
Estudo Preliminar	X	X			
Anteprojeto		X	X		
Projeto Final			X	X	
Maquete Eletrônica				X	X

Fonte: Da autora (2018).

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Este capítulo dispõe de conceitos e histórico da Administração Pública, que compõem o embasamento teórico para o desenvolvimento do presente trabalho.

### **2.1 A origem e os parâmetros que definem a administração pública**

As atividades administrativas fazem parte do dia-a-dia da humanidade desde o início da Civilização. O chefe, ao planejar as ações para a garantia da sobrevivência da tribo, ao coordenar as tarefas, executá-las, enfim, controlar tudo referente a tribo, com o objetivo de alcançar todos os propósitos, estava administrando, no sentido mais atual do termo administração. Esse sentido é aplicável, nos dias de hoje, às empresas privadas e públicas no mundo todo. (FILHO, 2015).

De acordo com Costa (2008a), com a passagem do feudalismo para o capitalismo, um novo modelo de produção surgiu, a manufatura. Nesse modelo, os operários passam a vender sua força de trabalho, gerando um excedente: o lucro. Neste contexto, surge a figura do patrão, do administrador. A partir desse momento, as organizações se aperfeiçoam cada vez mais, a fim de alcançar seus objetivos, assegurando o lucro ao proprietário das empresas, sempre buscando aumentá-lo.

Com a Revolução Industrial, desenvolveram-se diversas ciências para dar apoio à administração industrial e impulsionar seu crescimento. Surgiu então a ciência de cooperar com o desenvolvimento de instituições produtivas, criando as “escolas de administração”, modelos que caracterizaram alguns períodos da administração das organizações na história: fordismo, taylorismo entre outras. (COSTA, 2008a).

Em seguida, o Estado teve que criar maneiras de se organizar a fim de cumprir o que a constituição estabelecia, surgindo estruturas de governo para a realização de atividades de interesse público, realizadas mediante o recebimento de impostos pagos pelos cidadãos ao Estado. Neste contexto surge a Administração Pública. (COSTA, 2008a).

O termo Administração Pública, de acordo com Oliveira (1975) tem três sentidos: sentido subjetivo, sentido objetivo e sentido formal. No sentido subjetivo, a Administração Pública é o conjunto de órgãos e pessoas jurídicas. No sentido objetivo é o conjunto de atividades do Estado que visam a satisfação imediata dos interesses

públicos. Por fim, no sentido formal, Administração Pública é a manifestação do Poder Público fragmentada em atos jurídico-administrativos provido de auto executoriedade, ainda que de caráter provisório.

Costa (2008a) define Administração Pública como uma expressão polissêmica<sup>1</sup> pois, ao mesmo tempo, representa uma instituição, um conjunto de funcionários, uma forma de gestão e uma disciplina. Como instituição é o instrumento administrativo que dá consequência as decisões do governo, ou seja, que implementa as políticas públicas. Como conjunto de funcionários é o que dá vida a essa instituição. “É o repertório de atividades governamentais destinadas à realização do interesse público ou bem comum de uma comunidade.” (COSTA, 2008a, p. 3)

A Administração Pública engloba um grupamento de órgãos e servidores sustentados com recursos públicos e designados a determinar e praticar as normas necessárias ao bem-estar social. (KEINERT, 2007).

Já Caulliraux<sup>2</sup> (2004 apud FONTANA, 2015, p. 22) define Administração Pública como uma atividade exercida por um Estado, que busca atingir o bem-estar de toda a comunidade. A administração como “atividade” sempre existiu, desde que o homem aprendeu a planejar, organizar suas tarefas e seus recursos disponíveis. Enquanto ciência, a administração surgiu no interior do sistema capitalista de produção e cooperou para o desenvolvimento e enriquecimento deste sistema de produção.

## 2.2 Histórico da administração pública no Brasil

Nas últimas décadas a administração pública brasileira passou por diversas transformações, principalmente como parte da transição para a democracia. Desenvolveram-se práticas e perspectivas de modernização, porém muitas de suas características tradicionais não foram eliminadas. (MOTTA, 2007).

Para se entender a evolução da Administração Pública e da construção da máquina administrativa brasileira é preciso fazer um breve histórico, que se inicia no ano de 1808, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil. (COSTA, 2008b).

---

<sup>1</sup> Polissêmica – adj. relativo à polissemia; que tem mais de um significado (DICIONÁRIO, 2018).

<sup>2</sup> CAULLIRAUX, Heitor M.; YUKI, Mauro. **Gestão pública e reforma administrativa: conceitos e casos: a experiência de Florianópolis**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

Antes da chegada da família real em território brasileiro, a administração colonial se encontrava em uma situação caótica, onde um conjunto de cargos, ordenamentos, atribuições não obedeciam a princípios uniformes de divisão de trabalho e hierarquia, gerando um caos legislativo. (COSTA, 2008b). Essa situação só acabou com a transferência da Família Real, e mais tarde, a elevação do Brasil a parte integrante do Reino de Portugal (COTRIM, 1999). Foram esses fatos que criaram a base para a independência do Brasil. (COSTA, 2008b).

É por este motivo que alguns estudiosos enumeram o início da história administrativa do Brasil do ano da Proclamação da Independência até os dias atuais. Durante esse período o país teve duas formas de governo: a monarquia, sob o domínio dos Imperadores D. Pedro I e seu filho D. Pedro II (1822 a 1889) e a república (1889 até os dias atuais). A monarquia se dividiu em três grandes fases: Primeiro Reinado, Regência e Segundo Reinado. (COTRIM, 1999).

O Primeiro Reinado corresponde ao período em que o Brasil foi governado por D. Pedro I, de 1822 a 1831. É desse período que surge a primeira Constituição Brasileira. Então, em 1824, foi concebida a constituição que estabelecia um Estado unitário e centralizador, cujo território era dividido em províncias (substituindo as antigas capitanias), e cujo presidente era indicado pelo imperador (COSTA, 2008b). Os poderes políticos eram quatro - Legislativo, Executivo, Judiciário e Poder Moderador. As características dos 4 poderes seriam: (COTRIM, 1999).

- Legislativo: formado pela Câmara de Deputados e Senado; tinha função de elaborar as leis;
- Executivo: exercido pelo Imperador e seus Ministros; tinha a função de executar as leis.
- Judiciário: exercido por juízes vitalícios tinham como função julgar o cumprimento das leis.
- Moderador: exercido pelo Imperador; era o mais forte dos poderes, onde o imperador poderia interferir nos outros poderes e cuidar de assuntos externos. (COTRIM, 1999).

Com a criação do 4º Poder surgiu também uma onda de críticas ao autoritarismo de D. Pedro I. Junto com críticas vieram diversas revoltas contra o

Imperador, que acabou renunciando em 1831, dando início ao período de Regência no governo brasileiro. (COTRIM, 1999).

O Período da Regência ocorreu de 1831 a 1840, enquanto o herdeiro do trono, D. Pedro II, não atingia a maioridade. No início a Regência era trina, ou seja, três regentes eram responsáveis pelo governo do país. Entretanto, em 1834, a primeira constituição brasileira foi modificada, transformando a Regência trina em una. (COTRIM, 1999).

Nessa nova fase, de Regência Una, o governo liberal de Feijó de lugar ao conservador Araújo Lima, que centralizou o poder em suas mãos. Então, a oposição desgostosa da situação, propôs a proclamação da maioridade de D. Pedro II, na época com 14 anos, dando início ao Segundo Reinado. (COTRIM, 1999).

O Segundo Reinado, que se findou em 1889, com a Proclamação da República, foi caracterizado, em seus 10 primeiros anos, pelo fim das revoltas internas e por diversas consolidações e modernizações, além de um grande desenvolvimento material, intelectual e artístico. Já os anos seguintes foram marcados por guerras, que, juntamente ao contexto de insatisfação geral com o governo de D. Pedro II, enfraqueceram a monarquia brasileira, que acabou não suportando. Um golpe acabou tirando o então primeiro ministro visconde de Ouro Preto do Poder, ocorrendo a Proclamação da República (KEINERT, 2007).

O novo regime republicano pode ser dividido em três fases, sendo a primeira chamada de República Velha. Esse período teve início em 1889 e acabou com a revolta que levou Getúlio Vargas ao poder, em 1930. (KEINERT, 2007).

É desse período que surge uma parte importante do Brasil Moderno: a importância das cidades e do capitalismo cresce, bem como da indústria, das novas ideologias políticas, dentre outros aspectos. (SCHMIDT, 2005). A administração pública brasileira era caracterizada por seu enfoque mecanicista, em que eram estabelecidas estreitas relações entre o público e o privado, onde o administrador público era considerado um simples executor de políticas. (FISCHER, 1984).

Porém, devido à crise econômica do mundo capitalista de 1929, Getúlio Vargas, líder do movimento militar, apoiado pela burguesia gaúcha e mineira, assume o controle do Estado na chamada Revolução de 1930. Dá-se início então a Era Vargas. (SCHMIDT, 2005).



A segunda fase tem início no período de Getúlio Vargas, também chamada de Era Vargas (de 1930 a 1945, sendo quatro anos de governo provisório, três de governo constitucional e oito de ditadura) (COSTA, 2008). É desse período que surgem as principais características do Estado Administrativo Brasileiro (KEINERT, 1994).

O período inicial do governo Vargas é caracterizado pela grande concentração do poder nas mãos do Executivo Federal. Porém, essa concentração do poder e a suspensão das franquias institucionais, acabou desagradando os setores liberais de São Paulo, desencadeando uma série de revoltas, como a Revolução de 1932. Essa revolução foi sufocada, mas acabou possibilitando a convocação de uma Assembleia Constituinte, e, em seguida, a promulgação da Constituição de 1934. (COSTA, 2008b).

A Constituição de 1934 restabelecia os direitos e garantias dos cidadãos, além de devolver a autonomia dos estados. Também promoveu a uniformização das denominações dos cargos de governador e prefeito, e instituiu-se a prefeitura, local onde são atribuídas as funções executivas do município (OLIVEIRA, 2011). O prefeito, a partir da Constituição de 1934, passa a ser escolhido por meio de voto direto. (COSTA, 2008b).

Contudo, essa nova constituição teve uma vida muito breve. Enfrentando oposições políticas e revoltas comunistas, o governo encontrou o pretexto que precisava para fechar um golpe de Estado e, em 1937, foi instituído o chamado Estado Novo (COSTA, 2008b).

Um ano antes da instituição da ditadura do Estado Novo, a reforma administrativa prevista tanto na Revolução de 30 quanto na Constituição de 1934 foi colocada em prática por meio do Decreto Lei nº 284, também chamada de Lei do Reajustamento. Foi por meio dessa Lei que, em 1938, foi criado o DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público, que teve uma longa e importante trajetória na administração pública, sendo extinto somente em 1986. (COSTA, 2008).

O DASP surgiu para ser o apoio administrativo de Getúlio Vargas, sendo orientado pelos princípios da racionalização e do treinamento técnico, sob influências teóricas de Maurício Nabuco e Luís Simões Lopes, com o objetivo de promover a organização da máquina administrativa (TORRES, 2004). Sempre buscando a eficiência. (KEINERT, 1994).

Por fim, a última fase, a República Nova, que vai da queda de Getúlio até os dias atuais.

O regime presidencialista continua até os dias de hoje. (FONTANA, 2015).

### **2.3 Administração patrimonialista, burocrática e gerencial**

Outra forma de se entender a evolução da administração pública brasileira é por meio da análise dos três modelos de administração observáveis na evolução do aparelho estatal brasileiro: o modelo patrimonialista, o burocrático weberiano e o gerencial. (TORRES, 2004).

#### **2.3.1 Administração Patrimonialista**

Da descoberta do território brasileiro em 1500 até a Revolução de 1930, o Estado brasileiro é caracterizado por ser uma instituição que garantia os privilégios sociais e econômicos, como políticas públicas vantajosas, poder político e social, empréstimos favoráveis, garantia de impunidade quanto a corrupção, de uma elite rural e aristocrática. É desse tipo de relação, entre elite agrária e Estado, que surge a chamada Administração Patrimonialista. (TORRES, 2004).

A Administração Patrimonialista é um modelo de administração pública baseado nos modelos de Estados Absolutistas, firmados nos séculos XVII e XVIII, quando o patrimônio do Monarca Absoluto se misturava ao patrimônio público, criando uma linha tênue entre o que era público e o que era privado, tornando propício a corrupção. (CAMPELO, 2010).

Max Weber, sociólogo alemão, em 1968, define o patrimonialismo como uma maneira de caracterizar formas de dominação política tradicional, onde não há uma distinção clara entre a esfera pública e privada, onde esses dois domínios se misturam no entendimento do governante, que acaba administrando o Estado como se fosse uma extensão de seu próprio domínio privado. (TORRES, 2004).

Pode-se dizer que o modelo patrimonialista predomina de forma absoluta até a Revolução de 1930, também chamada de “Estado Administrativo”, compreendendo os anos de 1930 a 1945. (TORRES, 2004).

### 2.3.2 Administração Burocrática

Com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas assume o poder, e implanta o modelo racional-legal, com o intuito de normatizar e padronizar os principais procedimentos da administração pública. Antes mesmo da criação do DASP, o governo de Vargas iniciou um amplo procedimento de criação de normas e estatutos para diversas áreas como gestão de pessoas, compras governamentais e execução financeira, criando, ao mesmo tempo, um órgão encarregado de controlar e fiscalizar o cumprimento dessas normas. (TORRES, 2004).

Nesse contexto, um Estado mais racional e eficiente seria fundamental para um melhor desenvolvimento econômico nacional, além de uma melhor incorporação político social da burguesia nacional e dos setores operários das cidades. Um modelo estatal interventor na economia exigia um melhor aparato de funcionários do Estado. Logo, os servidores públicos de alto escalão passam a ser estruturados de acordos com os princípios da Administração Burocrática Weberiana. (TORRES, 2004; CAMPELO, 2010).

Administração Burocrática é aquela cuja legitimidade é baseada em normas legais racionalmente estabelecidas. As burocracias têm sua origem de legitimidade no poder Racional-Legal. O tipo ideal de administração burocrática é aquela em que as organizações são sistemas sociais racionais, caracterizadas pelo formalismo e a impessoalidade. (CAMPELO, 2010).

Esse modelo surge na época da estabilização do modelo estatal chamado de estado Liberal, decorrente de acontecimentos históricos como a Revolução Francesa e a Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX, com o objetivo de combater a corrupção, o nepotismo patrimonialista, que estava presente nas administrações anteriores. (CAMPELO, 2010).

A administração burocrática tem características próprias, seguindo os seguintes princípios de desenvolvimento: profissionalismo, ideia de carreira, hierarquia funcional, impessoalidade, formalismo e poder racional-legal, sempre buscando a melhoria da administração e serviços públicos nos requisitos formais. (CAMPELO, 2010).

O modelo de administração pública burocrática foi um movimento modernizador da administração, estabelecida em forma padrão duplo, de um lado funcionário

altamente qualificados e do outro a população pobre sofrendo com a ainda presente administração patrimonialista nas áreas de saúde, educação e segurança. Esse modelo marca a ação do Estado brasileiro até os dias atuais. (TORRES, 2004).

### **2.3.3 Administração Gerencial**

No período do regime militar, de 1964 a 1985, sob a inspiração de Hélio Beltrão e Amaral Peixoto, é criado o Decreto-Lei nº 200/67, com o objetivo de modernizar a administração pública por meio da utilização de instrumentos gerenciais de gestão comumente utilizados na iniciativa privada. Para a implantação dessa proposta, uma intervenção estatal tão intensa na economia, era necessário um aparelho administrativo ágil e eficiente. (TORRES, 2004).

Então, os militares decidiram descentralizar a administração pública, sendo criadas diversas instituições na administração indireta - fundações públicas, empresas públicas, ou seja, entidades administrativas com personalidade jurídica própria (TORRES, 2004). Essa medida foi tomada devido a ineficiência da administração direta – órgãos integrantes dos Poderes e responsáveis pela função administrativa, subordinados diretamente às pessoas jurídicas políticas (União, estados, municípios e Distrito Federal). (FONSECA, 2014).

Assim, frente a descentralização administrativa, o repasse de funções de políticas públicas importantes para uma administração indireta crescente e autônoma, com instrumentos de gestão mais modernos, como contratação e demissão pelo regime celetista, o governo militar adotou a chamada Administração Gerencial. (TORRES, 2004).

Administração Gerencial surgiu a partir do final da 2ª Guerra Mundial, no século XX, devido a necessidade das nações se mobilizarem para a recuperação econômica e modernização industrial, a fim de se alcançar um novo patamar de bem-estar social da população. (CAMPELO, 2010).

Os governos, que adotavam os modelos de administração baseados em abordagens normativas. Tal qual a administração burocrática weberiana, passaram a buscar uma nova metodologia na forma de administrar as organizações, tornando a gestão mais eficiente, produtiva, eficaz socialmente e economicamente, com um controle orçamentário e financeiro. (CAMPELO, 2010).

A administração gerencial tem como características a definição exata dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade; garantia da autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros; concorrência entre unidades internas de um Estado; descentralização e redução dos níveis hierárquicos. (FERREIRA, 2012).

A administração gerencial inspira-se na administração empresarial, mas não pode se confundir com a mesma. Enquanto o mercado controla a administração das empresas, a sociedade – através dos políticos eleitos – controla a administração pública. Enquanto a administração empresarial está voltada para lucros privados, maximizando os interesses dos acionistas, a administração gerencial está voltada para o interesse público. (FERREIRA, 2012).

Apesar da interrupção do modelo gerencial na administração brasileira com o fim do regime militar e com a promulgação da Constituição de 1988, no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, acontece a chamada Reforma do Estado, onde cria-se o Ministério da Administração Reforma do Estado. O ministro José Carlos Bresser Pereira, por meio de uma Emenda Constitucional, cria diversas agências e privatizações, retomando paradigmas da administração gerencial que perduram até os dias de hoje. (CAMPELO, 2010).

## **2.4 Arquitetura Governamental**

Segundo o site Galeria da Arquitetura ([2018?]), arquitetura governamental compreende, basicamente, edifícios públicos. Sejam horizontais ou verticais, esses edifícios, construídos, normalmente em aço e concreto, costumam ser imponentes. Quando são distribuídos, implantados em mais de um bloco, geralmente são ligados por passarelas cobertas.

A edificação, mais que funcionalidade, deve expressar os conceitos e ideais da instituição que ali será instalada. Atualmente, a grande tendência é a construção sustentável, já que a preocupação com o meio ambiente e o futuro nunca estiveram tão presente como nos dias de hoje (GALERIA DA ARQUITETURA, [2018?]). Um edifício sustentável é aquele que proporciona benefícios em forma de conforto, funcionalidade, satisfação e qualidade de vida sem comprometer a infraestrutura presente na edificação (VIGGIANO, 2010).

Outro recurso bastante utilizado é a transparência, feita através de grandes fachadas envidraçadas, simbolizando as atitudes transparentes que a instituição adota para com os cidadãos, criando um sentimento de confiança entre as partes. Além disso, o vidro cria uma relação entre o ambiente interno e o externo, integrando-os (GALERIA DA ARQUITETURA, [2018?]). Sobre transparência nas edificações, Le Corbusier, em seu manifesto Cinco Pontos da Nova Arquitetura, já destacava que menos obstáculos criavam mais horizontes. Corbusier era adepto de cidades radiantes, onde o sol e céu adentravam qualquer projeto. (COPSTEIN, 2018).

Todas as edificações deveriam ser acessíveis às pessoas com deficiência. Mas os edifícios públicos, em especial, deveriam seguir essa regra, pois seriam exemplos para os demais prédios, além de ter um alto fluxo de pessoas diariamente (GALERIA DA ARQUITETURA, [2018?]).

#### **2.4.1 Sustentabilidade**

Em um projeto arquitetônico, o arquiteto deve estar ciente das implicações ambientais que o edifício trará no futuro, fazendo com que os recursos sejam melhor aproveitados, de forma eficaz. O edifício deve ser, antes de tudo, adaptado ao clima local e eficiente quanto a consumo de água e energia (VIGGIANO, 2010).

Um edifício público deve ser energeticamente eficiente. Para isso, a estratégia mais utilizada é a fachada ventilada, que é uma alternativa sustentável, segura e de grande duração. A fachada ventilada é uma estrutura que possui uma câmara de ar, que nada mais é do que um afastamento entre o revestimento externo e a base do edifício. O ar frio entra pela base e o ar quente sai pela parte superior, chamado efeito chaminé. Esse sistema proporciona uma ventilação vertical contínua, que consequentemente melhora o conforto térmico dos ambientes, chegando a reduzir de 30% a 50% o consumo de energia elétrica da edificação. Energia essa utilizada principalmente por ar-condicionado. (GALERIA DA ARQUITETURA, [2018?]).

Além de beneficiar o meio ambiente, um edifício sustentável também traz vantagens aos cofres públicos. O chamado Período de Retorno do Investimento é o espaço de tempo que compreende a quitação do investimento e fim da vida útil do

sistema. É desse período que o investimento gera redução de despesas e consequentemente, uma economia do dinheiro público (VIGGIANO, 2010).

#### **2.4.2 Transparência**

O uso de fachadas de vidro, geralmente translucido ou opaco em cor âmbar, que juntamente ao concreto deixam a construção com uma aparência sóbria, como deve ser um edifício público, mas também imponente e contemporâneo. (GALERIA DA ARQUITETURA, [2018?]). Leves e sem nada a esconder, edificações que utilizam a transparência como parte de seu conceito tratam a visibilidade como forma de expressão. (COPSTEIN, 2018).

Além de ser reciclável, o vidro usado nas edificações tem papel crucial na potencialização dos recursos energéticos. Atualmente, são fabricados usando uma tecnologia que permite a incorporação de propriedades de isolamento térmico e acústico, fugindo para além da óbvia captação de luz natural. (COPSTEIN, 2018).

#### **2.4.3 Acessibilidade**

A acessibilidade é uma das principais questões a serem discutidas quanto se trata de qualidade de vida da sociedade atual. O desenvolvimento de projetos arquitetônicos deve seguir as normas técnicas e legislações vigentes, para garantir a realização dos parâmetros de desenho universal, assegurando iguais oportunidades para toda a população (MARTINS; NOGUEIRA; SOARES, 2016). Áreas públicas, como edifícios governamentais, devem oferecer um acesso fácil, com soluções de mobilidade, incluindo pessoas com necessidades especiais. Para que essa mobilidade aconteça de forma eficiente em áreas restritas, é necessário gerenciar o acesso a edificação. E isso deve ser previsto no desenvolvimento do projeto. (SCHINDLER, [2018?]).

Piso tátil e direcional, sinalizações em braille para deficientes visuais, acesso por rampa com inclinação correta, além de janelas, portas e equipamentos com tamanhos e posicionamento adequados para portadores de necessidades especiais, correto dimensionamento dos espaços, bem como os corredores, para o trânsito de

cadeiras de rodas são algumas das medidas que devem ser adotadas nessas edificações. (GALERIA DA ARQUITETURA, [2018?]).

## **2.5 Acessibilidade e inclusão social**

O Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 afirma que acessibilidade está relacionada em prover condições para a utilização, com autonomia e segurança, total ou assistida, dos ambientes, mobiliários e equipamentos urbanos, de edificações, serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas de comunicação e informação, por pessoa portadora de necessidades especiais ou mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004).

O Decreto nº 5.296 ainda aponta que barreiras são qualquer entrave ou obstáculo que impeça ou dificulte o acesso, a liberdade de movimento, a circulação segura e a possibilidade de comunicação entre as pessoas, ou o acesso das mesmas a lugares e informações. (BRASIL, 2004).

Segundo a NBR 9050/15 (ABNT, 2015, p. 2) “acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia, de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações [...]”.

Dessa forma, acessibilidade, em se tratando de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, é uma condição de aproximação, segura e autônoma, de determinados espaços, elementos e objetos, proporcionando o uso de todas as atividades, gerais ou específicas, que possam ser oferecidas. (PROGRAMA BRASILEIRO DE ACESSIBILIDADE URBANA, 2006).

A acessibilidade não deve ser exclusiva somente para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, mas também para obesos, idosos, grávidas, pessoas com problemas cardíacos, respiratórios, pessoas com carrinho de bebê e todos aqueles que, por algum motivo, tem sua capacidade de deslocamento ou acesso reduzidas. Então, conclui-se que Acessibilidade é tornar tudo acessível para qualquer pessoa com algum tipo de limitação temporária ou permanente. (MOURA; LIMA, 2015).

Acessibilidade e inclusão social são conceitos intimamente ligados, pois a acessibilidade também deve proporcionar as pessoas acesso a vida e convívio social,



sendo uma condição fundamental para o processo de inclusão social. (MOURA; LIMA, 2015).

As questões de acessibilidade atualmente envolvem discussões sobre cidadania, democracia, igualdade social e respeito as diferenças. No contexto brasileiro, essa linha de pensamento obriga a sociedade a analisar uma série de aspectos sobre justiça social e direitos humanos, que levam a considerar diversas imposições econômicas e sociais, que acabam transformando essas pessoas em um radical exemplo de exclusão social em nosso país. Na verdade, a cidadania das pessoas com deficiência é um dos principais problemas sociais do país, mas não está na consciência social brasileira. (INSTITUTO BRASILEIRO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA (IBDD), 2008).

Conforme Paula e Costa (2006) as diferenças culturais, sociais e individuais de uma sociedade inclusiva são usadas para desenvolver as interações, relações e a aprendizagem entre os seres humanos, transformando o comportamento e as atitudes das pessoas, e incentivando a compreensão da diversidade, que é a maneira mais sensata de favorecer a inclusão social e a aprendizagem de pessoas com necessidades especiais.

### 2.5.1 Arquitetura Acessível

A Arquitetura, ao longo dos séculos, é caracterizada por uma diversidade de estilos e pensamentos que refletem o caráter da sociedade na época em que o projeto foi concebido. Ainda assim, observa-se a presença de uma tipificação e racionalização dos espaços em todas as correntes arquitetônicas. Questões como homem-padrão e edificação-padrão tem perseguido os arquitetos há muitos séculos. Os princípios de Vitruvio e, no século XX, o modutor de Le Corbusier são exemplos dessa situação. (PRADO *et al*, 2007 apud SOUSA, 2014, p. 6)<sup>3</sup>.

Neste contexto, é possível observar uma tentativa de padronização da relação do indivíduo com o espaço. Só que isso não se verifica na prática. Essa tendência acaba gerando divergências entre os produtos que estão sendo oferecidos e a parcela da população que não está apta a utilizá-los da forma como foram projetados. Como

---

<sup>3</sup> PRADO, A. R. A., LOPES, M. E., ORNSTEIN, S. W. (orgs.). **Desenho Universal: Caminhos da Acessibilidade no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2010. 1v. 305p.

consequência, os ambientes se tornam desagradáveis, desconfortáveis, inseguros, e em último caso, proibitivos para essas pessoas. (SOUSA, 2014).

Segundo Cambiaghi<sup>4</sup> (2007 apud GAMA, 2016, p. 47):

“A massificação dos processos produtivos após a Revolução Industrial e a especulação imobiliária crescente acarretaram um distanciamento entre o produto final e as reais necessidades do usuário” (CAMBIAGHI, 2007, p.15 apud GAMA, 2016, p.47).

Contrapondo essa linha de pensamento, em meados do século XX, alguns profissionais das áreas de design, engenharia, arquitetura, sociologia começaram a se posicionar a favor de uma metodologia de projeto que considerasse todos os usuários, sem exceções. Dessa forma, o maior número de pessoas seria atingido. (SOUSA, 2014).

A partir desse momento surgiram termos como acessibilidade e desenho universal. O desenho universal surgiu em Washington, EUA, em 1963, sendo inicialmente chamado de “desenho livre de barreiras” por ter como objetivo a eliminação de barreiras arquitetônicas nos projetos de edifícios, equipamentos e áreas urbanas (SOUSA, 2014). O Desenho Universal não considera somente as pessoas com deficiência, mas sim todas as diferenças existentes entre as pessoas. (MOURA; LIMA, 2015).

A relação da arquitetura com a acessibilidade recebeu o nome de Arquitetura Acessível, que se define como uma alternativa à arquitetura sem acessibilidade e com barreiras arquitetônicas – obstáculos que impedem ou dificultam a mobilidade das pessoas com deficiência. Essa arquitetura sem acessibilidade não considera a diversidade antropométrica e as limitações, motoras e sensoriais, de seus usuários. (MOURA; LIMA, 2015).

Associado ao conceito de Arquitetura Acessível e acessibilidade como um todo, está uma série de normas técnicas, leis e recomendações que passaram a nortear os profissionais em seus projetos. (SOUSA, 2014).

---

<sup>4</sup> CAMBIAGHI, S. **Desenho Universal: Métodos e Técnicas para Arquitetos e Urbanistas**. São Paulo: Editora Senac, 2007. 1v. 269 p.

### **2.5.2 Norma de acessibilidade – NBR 9050/2015**

A primeira norma brasileira que trata de acessibilidade é datada do ano de 1985, publicada pela ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, sendo chamada de NBR 9050/85 – Adequação das Edificações e do Mobiliário Urbano à Pessoa Deficiente (SOUSA, 2014). Sua elaboração contou com a participação de vários profissionais de diferentes áreas assim como portadores de deficiência. (MOURA; LIMA, 2015).

Nela fixou-se parâmetros e condições exigíveis que buscam proporcionar às pessoas portadoras de deficiência melhores condições de acesso e mobilidade as vias públicas e aos edifícios (SOUSA, 2014). Além disso, estabeleceu parâmetros de acessibilidade a serem observados em projetos, construções, instalações e adaptações de edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. (MOURA; LIMA, 2015).

A norma passou por três revisões, sendo uma em 1994, uma em 2004 e a última em 2015.

Para serem considerados acessíveis, todos os espaços, edificações e mobiliários ou equipamentos urbanos, projetados, construídos, montados, reformados, ampliados ou implantados, devem seguir o que está disposto nesta Norma. É nesse contexto que uma prefeitura deve se tornar um ambiente acessível e adaptado para a inclusão de toda a população. (MOURA; LIMA, 2015).

### **2.5.3 Manual de Acessibilidade em Prédios Públicos**

O manual de acessibilidade para prédios públicos é um guia elaborado pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão com o objetivo de facilitar aos gestores, o entendimento da acessibilidade em prédios de uso e propriedade de administração pública federal, de forma direta ou indireta, ou os prédios de propriedade particular, mas locados para uso público. (MANUAL DE ACESSIBILIDADE, 2015).

Esse manual aborda os aspectos relacionados ao atendimento público, considerando a diversidade de usuários, sejam cidadãos buscando os serviços oferecidos, ou os próprios servidores no cumprimento de seu trabalho. Além disso, o

manual visa o cumprimento do Decreto 5.296/2004, que remete às normas técnicas de acessibilidade da ABNT – NBR 9050 e NBR 13994 – assim como as diretrizes estabelecidas na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em 2007. Juntamente com esse manual e as normas também é necessária uma verificação de legislações estaduais e municipais. (MANUAL DE ACESSIBILIDADE, 2015).

## 2.6 Legislação

Neste trabalho serão utilizadas as seguintes leis e normas para o desenvolvimento do projeto:

- **ABNT NBR 9050:** como citado no item 2.5.2., a **norma NBR 9050 - Adequação das Edificações e do Mobiliário Urbano à Pessoa Deficiente**, estabelece parâmetros de acessibilidade de pessoas com deficiência as edificações, bem como seus ambientes e circulações internos e externos. Dentre os preceitos estabelecidos pode-se citar inclinação de rampas, dimensionamento de escadas, banheiros acessíveis, circulação externa, dentre outros. Esta norma irá nortear as soluções de acessibilidade existentes no projeto. (NBR 9050, ABNT, 2015);
- **Manual de acessibilidade em Prédios Públicos** – o manual de acessibilidade traz parâmetros e direcionamento para o poder público, bem como os gestores, em relação a acessibilidade de edificações públicas. O manual, que anda em conformidade com a NBR 9050 estabelece dimensões das circulações interna e externa, altura do mobiliário acessível, dentre outros aspectos. Este manual irá orientar as estratégias de acessibilidade que estarão presentes no projeto. (MANUAL DE ACESSIBILIDADE, 2015);
- **ABNT NBR 9077:** a norma **NBR 9077 – Saída de emergência em edifícios**, estabelece parâmetros para as edificações em relação a saídas de emergência, sendo obrigatório assegurar que sua população possa abandonar as edificações, em caso de incêndio, de forma segura, além de permitir o fácil acesso do corpo de bombeiros para o combate ao fogo e a retirada da população. Dentre os preceitos estabelecidos pode-se citar classificação das

edificações quanto o risco de propagação de incêndio devido aos materiais construtivos, número de saídas de emergência, assim como o dimensionamento das mesmas, dentre outros. Esta norma irá orientar o posicionamento, bem como o dimensionamento das saídas de emergências existentes no projeto. (NBR 9077, ABNT, 2001);

- **IT 08: a IT 08 – Saídas de emergência em edificações**, do Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais, estabelece critérios mínimos para o dimensionamento das saídas de emergência em edificações, buscando a segurança da população, assim como o abandono rápido e seguro da edificação em caso de incêndio ou pânico além de permitir o acesso do corpo de bombeiros às dependências da edificação para o combate ao fogo ou retirada de pessoas. Esta norma deve adequar ao estabelecido pela NBR 9077. Em conjunto com a NBR 9077, a IT 08 irá orientar o dimensionamento das saídas de emergências existentes no projeto. (MINAS GERAIS, 2017);
- **ABNT NBR 5413: a norma NBR 5413 – Iluminância de interiores**, estabelece valores de iluminâncias médias mínimas para iluminação artificial, em ambientes internos onde se realizam atividades de trabalho (comércio, atividades administrativas, ensino, dentre outras). Dentre os parâmetros estabelecidos pode-se citar a escolha do tipo de lâmpada, luminárias, de acordo com a atividade desenvolvida no ambiente, posicionamento e especificações de segurança em relação à iluminação, dentre outros. Esta norma irá orientar o posicionamento, a quantidade necessária de iluminação artificial utilizada no projeto da edificação. (NBR 5413, ABNT, 1992);
- **ABNT NBR 1352: a norma NBR 1352 – Elaboração de projetos de edificações – Arquitetura**, estabelece os preceitos exigíveis para a elaboração de projetos de arquitetura de obras construções, sendo que esta norma é aplicável a todas as tipologias arquitetônicas, formais e funcionais das edificações (por exemplo, educacional, esportiva administrativa, habitacional, edificações geminadas, isoladas superpostas, dentre outras). Esta norma irá nortear o projeto arquitetônico como um todo. (NBR 1352, ABNT, 1995);
- **ABNT NBR 5626: a norma NBR 5626 – Instalação predial de água fria**, estabelece exigências e recomendações para o projeto, execução e manutenção da instalação predial de água fria, buscando o melhor

desempenho da instalação, assim como a garantia da potabilidade da água - no caso de instalação de água potável. Dentre as exigências pode-se citar a recomendação de materiais e componentes utilizados na instalação, condições para a elaboração do projeto e a execução da instalação, dentre outros. Esta norma irá nortear o posicionamento de instalações sanitárias no projeto, bem como instalações de água fria em geral. (NBR 5626, ABNT, 1998);

- **ABNT NBR 8160:** a norma **NBR 8160 – Sistemas prediais de esgoto sanitário – Projeto e execução**, fixa as condições exigíveis e recomendações para o projeto, execução e manutenção das instalações prediais de esgoto sanitário, devendo atender as exigências mínimas quanto a higiene, segurança e conforto dos usuários, visando a qualidade e bom funcionamento destas instalações. Dentre os parâmetros estabelecidos pode-se citar o distanciamento entre tubulações, assim como a declividade dos trechos de tubulação, dentre outros. Esta norma irá nortear o posicionamento de instalações sanitárias no projeto. (NBR 8160, ABNT, 1999);
- **ABNT NBR 5410:** a norma **NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão**, fixa condições que as instalações elétricas de baixa tensão devem atender visando seu bom funcionamento assim como a segurança dos usuários da edificação e a conservação dos bens existentes na mesma. Dentre os parâmetros estabelecidos pode-se citar o distanciamento entre linhas elétricas externas, aterramento da instalação, distâncias máximas de trechos contínuos de tubulação de eletroduto, dentre outros. Esta norma irá nortear o posicionamento de tomadas e interruptores no projeto. (NBR 5410, ABNT, 2004);
- **ABNT NBR 13570:** a norma **NBR 13570 – Instalações elétricas em locais de afluência de público – Requisitos específicos**, estabelece parâmetros exigíveis as instalações elétricas em locais onde há grande fluxo de público, visando m funcionamento adequado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens existentes na edificação. Esta norma, assim como a citada acima, irá nortear no posicionamento de tomadas e interruptores, e nos procedimentos e equipamentos utilizados em espaços com grande fluxo de pessoas. (NBR 13570, ABNT, 1996);

- **ABNT NBR 13932:** a norma **NBR 13932 – Instalações internas de gás liquefeito de petróleo (GLP) – Projeto e execução**, estabelece as exigências mínimas para o projeto e execução das instalações de internas de GLP na fase vapor com pressão, sendo aplicável a todas as instalações que façam uso de tubulações de distribuição de gás. Esta norma irá orientar o posicionamento das instalações de gás no projeto, bem o distanciamento entre aparelhos, instalações, dentre outros. (NBR 13932, ABNT, 1997);
- **ABNT NBR 6401:** a norma **NBR 6401 – Instalações centrais de ar-condicionado para conforto – Parâmetros básicos de projeto**, fixa as condições mínimas fundamentais para a elaboração de projetos de instalações de ar-condicionado, visando a satisfação do usuário, não impedindo o aprimoramento futuro das instalações. Esta norma irá nortear no cálculo da potência necessária para atender as necessidades do ambiente. (NBR 6401, ABNT, 1980).
- **ABNT NBR 16401:** a norma **NBR 16401 – Instalações de ar-condicionado – Sistemas centrais e unitários Parte 1: Projetos das instalações**, estabelece condições mínimas e fundamentais para o projeto de sistemas de ar-condicionado centrais ou unitários. Esta norma irá orientar no posicionamento das instalações de ar condicionado e no projeto no cálculo de potência necessária para a instalação atender a necessidade do ambiente interno da edificação. (NBR 16401, ABNT, 2008).
- **Lei Complementar nº 07/2010:** esta lei municipal tem como objetivo estabelecer o Plano Diretor Municipal Integrado e Participativo, orientando o desenvolvimento econômico e social do município, assim como a estruturação do território municipal, melhorando a qualidade de vida de seus habitantes. O Plano Diretor é composto da Lei de Uso e Parcelamento do Solo, do Código de Posturas do Município e do Código de Obras e Edificações. Esta lei irá nortear o projeto da edificação como um todo, como no dimensionamento dos ambientes, afastamentos necessários, taxas de permeabilidade e ocupação, dentre outros parâmetros. (CAPITÓLIO, 2010).
- **Lei Complementar nº 05/2015:** esta lei municipal altera alguns parâmetros da Lei Complementar nº 07/2010, como taxa permeabilidade, afastamentos laterais e de fundo, alturas das edificações, dentre outros. Esta lei

complementará a lei citada acima no desenvolvimento do projeto. (CAPITÓLIO, 2015).

- **Lei nº 882/1992:** esta lei municipal tem como objetivo estabelecer o Código de Obras Municipal, onde se fixa os parâmetros para a construção de edificações no município, como recuos mínimos, projeção vertical da edificação, dimensionamento de ambientes e elementos arquitetônicos, dentre outros, orientando no desenvolvimento do projeto. (CAPITÓLIO, 1992).
- **Lei nº 1757/2015:** esta lei municipal altera duas medidas estabelecidas da Lei nº 882, devendo ser utilizada me conjunto com a mesma. (CAPITÓLIO, 2015).



### 3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A acessibilidade, atualmente, é um dos principais aspectos analisado em relação a qualidade de vida da população. Edificações públicas devem ser exemplos de acessibilidade ao público. Todas devem atender as necessidades da população, sem exceções. Um prédio que pertence ao povo deve atendê-lo sem nenhum obstáculo.

O presente trabalho propõe uma nova sede para a Prefeitura Municipal de Capitólio, Minas Gerais. A atual sede da administração municipal é um edifício dos anos 80, sem acessibilidade, já que o único acesso aos espaços internos da edificação se dá por meio de uma escada. (FIG. 1).

Figura 1 – Acesso da Prefeitura Municipal de Capitólio.



Fonte: Da autora, 2018..

A proposta de projeto é uma nova edificação, acessível para toda a população, com estratégias e soluções que visem o conforto dos servidores públicos e usuários da Prefeitura.

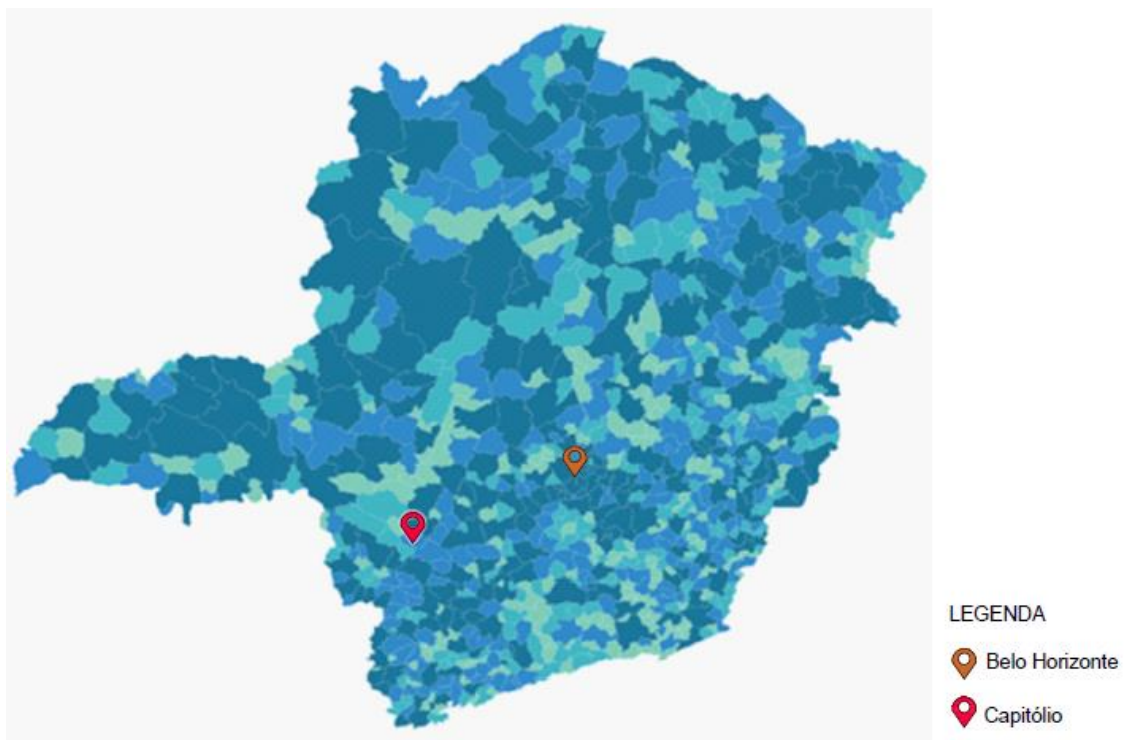
## 4 DIAGNÓSTICO DO SÍTIO E REGIÃO

Neste capítulo será realizado uma análise de Capitólio, suas características gerais, bem como a área de intervenção e seu entorno para um melhor entendimento do contexto em que será inserido o projeto e conseqüentemente um melhor desenvolvimento do mesmo.

### 4.1 Capitólio/MG – histórias e características gerais

O município de Capitólio está localizado na região centro oeste de Minas Gerais (FIG. 2), entre as bacias do São Francisco, Entorno do Lago de Furnas e Médio Rio Grande, sendo parte integrante do Parque Nacional da Serra da Canastra. Atualmente a cidade tem uma população de 8.183 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE do ano de 2010. (PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB), 2016).

Figura 2 – Localização do município de Capitólio no Estado de Minas Gerais.



Fonte: IBGE, 2016, adaptado pela autora, 2018.

O município tem sua história iniciada por volta dos anos 1800, quando surgiram na região da conhecida “Mata do Rio Piumhi”, dois portugueses, Machado de Faria e Gonçalves de Moraes. A mata intocada chamou a atenção dos portugueses, que viram um grande potencial nas grandes áreas verdes e terras férteis. Os estrangeiros foram os primeiros exploradores na região. (CAPITÓLIO, 2018)

No início do século XIX, após alguns anos de investimentos na agricultura do lugar, por parte dos portugueses e seus familiares e de tropeiros, as matas do rio Piumhi acabaram se transformando em belas e produtivas fazendas. Dessa forma, o movimento e o comércio na região aumentaram rapidamente. (CAPITÓLIO, 2018).

Em 1830 surgiram os primeiros moradores para a região onde hoje se localiza Capitólio. São eles: João Francisco, Manoel Francisco e Antônio Francisco, três irmãos que são considerados os fundadores do povoado, chamado “Arraial dos Franciscos” (Arraial dos Cabeças) (CAPITÓLIO, 2018). Esse povoado deu origem a cidade de Capitólio. Em 1893, o fazendeiro Pedro Messias da Cunha, atraído pela fertilidade do solo, se instalou na região, adquiriu grandes porções de terras, cultivando-as, juntamente com alguns colonos. Anos depois, entre 1895 e 1900, Pedro Messias doou parte de suas terras para a construção de uma capela e um cemitério. (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS – VOLUME XXIV, 1958).

Com a construção da capela de São Sebastião, o arraial passou a chamar-se São Sebastião dos Franciscos. Em 1923, São Sebastião dos Franciscos foi elevado à categoria de distrito por meio de uma lei, criando o Distrito de Capitólio. Esse distrito foi desmembrado do município de Piumhi e anexado ao de Guapé. (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS – VOLUME XXIV, 1958).

A palavra Capitólio vem do latim “*Capitolium*”, nome de um templo da Roma antiga. Já o termo *Capitolium* se origina do radical “*capitis, caput*”, que significa cabeça, topo. O nome da cidade de Capitólio, de acordo com Monsenhor Mário da Silveira, primeiro vigário da cidade, foi sugerido pelo senhor Abel de Moraes, como uma forma moderna de relembrar as grandezas de Roma e eternizar os Cabeças, os antigos Franciscos. (CAPITÓLIO, 2018).

Com Capitólio como distrito de Guapé, inúmeras dificuldades relacionadas à prefeitura e cartórios fizeram com que a população entrasse em conflito, principalmente devido à distância e o isolamento entre o distrito e o município graças ao Rio Grande. Na tentativa de amenizar o problema, Passos Maia, um político da

época, tentou construir uma ponte de ligação entre Capitólio e Guapé, porém não obteve sucesso. Então, o isolamento continuou e, em contrapartida, a relação entre Piumhi e Capitólio se tornava cada vez mais forte (DOSSIÊ DE REGISTRO DO BEM IMATERIAL CARNAPITÓLIO CAPITÓLIO/MG, 2012). Em 1939, o Distrito de Capitólio foi elevado à categoria de vila, se transformando na Vila de Capitólio. Em 1943, a Vila de Capitólio, depois de uma tentativa frustrada de emancipação, se desmembrou do município de Guapé e voltou a se incorporar ao município de Piumhi. (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS – VOLUME XXIV, 1958).

Anos depois, por meio da Lei Estadual nº 336, de 27 de dezembro de 1948, Capitólio foi elevado a município, com o intendente municipal Sr. Firmino Pereira de Souza (DOSSIÊ DE REGISTRO DO BEM IMATERIAL CARNAPITÓLIO CAPITÓLIO/MG, 2012). Em 1949 ocorreram as primeiras eleições, sendo o primeiro prefeito eleito o Sr. Joaquim Arantes e seu vice, o Sr. Vicente Antônio de Oliveira. (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS – VOLUME XXIV, 1958).

Anos depois da emancipação, Capitólio passou por fortes modificações após a construção da Hidrelétrica de Furnas. Furnas foi um projeto do presidente Juscelino Kubitscheck, na década de 1960, com o objetivo de evitar um futuro colapso energético na região. (DOSSIÊ DE REGISTRO DO BEM IMATERIAL CARNAPITÓLIO CAPITÓLIO/MG, 2012).

De acordo com a Revista Furnas (2007):

“A fim de suprir a energia que seria demandada, Juscelino Kubitscheck buscou suporte no poder público para evitar que o déficit viesse a acontecer, já que o crescimento da capacidade instalada de geração evoluía a taxas inferiores às da economia [...] É neste contexto que a Usina de Furnas (MG) surgiu como alternativa estratégica para fazer frente à forte industrialização” (REVISTA FURNAS, 2007, p.6).

O reservatório criado por Furnas ocuparia cerca de 1.440 km<sup>2</sup>, o que acabou criando certa resistência da população em relação a construção da hidrelétrica, já que a inundação seria extrema. Contudo, a opinião pública não influenciou a decisão do presidente, e, no fim de 1962, a construção da Hidrelétrica de Furnas foi concluída, deixando cerca de 520 km<sup>2</sup> da cidade de Capitólio submersa. (DOSSIÊ DE REGISTRO DO BEM IMATERIAL CARNAPITÓLIO CAPITÓLIO/MG, 2012).

A construção de Furnas proporcionou novas oportunidades para a população de Capitólio e região, gerando empregos e estabelecendo o turismo como principal

fonte de renda da população. Apesar das perdas com a inundação em 1962, atualmente, o potencial de crescimento do município é bem maior do que o esperado na época de sua implantação. (DOSSIÊ DE REGISTRO DO BEM IMATERIAL CARNAPITÓLIO CAPITÓLIO/MG, 2012).

Atualmente com uma população estimada em 8.682 habitantes, o salário médio mensal da população é de 1,8 salários mínimos, com 25,1% da população (cerca de 2.232 pessoas) considerada ocupada (no mercado de trabalho). (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2018).

#### **4.1.1 Balneário Escarpas do Lago**

O Balneário Escarpas do Lago é um bairro resultado do represamento feito pela Hidrelétrica de Furnas, localizada no município de Capitólio. Possui diversos pontos turísticos como cachoeiras, montanhas, Cânions e a exuberância do lago. (DOSSIÊ DE REGISTRO DO BEM IMATERIAL CARNAPITÓLIO CAPITÓLIO/MG, 2012).

A população da região banhada pelo Lago de Furnas considera as águas do lago a base da economia local, agregando o turismo e as atividades agrícolas, além dos impostos recebidos pelo município devido a presença da represa no local. (JÚNIOR, 2010)

O bairro Escarpas do Lago, ou bairro Engenheiro José Mendes Júnior foi criado pelo Dr. Marcos Valles Mendes, na década 1970 e, assim como o Balneário Escarpas do Lago, teve e ainda tem forte influência no desenvolvimento socioeconômico local devido ao complexo turístico forma em 1978 e, atualmente, a presença de mais de 1.000 casas de veraneio no bairro, que são responsáveis por grande parte da renda da população de Capitólio e região (PMSB, 2016). O lago banha 34 municípios, sendo Capitólio o de maior destaque no potencial turístico. (JÚNIOR, 2010).

#### **4.1.2 O bem cultural de Capitólio**

A cidade de Capitólio possui eventos que fazem parte da história, tornando-se bens culturais do município. Um deles é o carnaval, evento que antecede a quaresma e tem duração de três a cinco dias, e é considerado uma festividade ligada a identidade nacional, com fortes influências do município. O Brasil, com sua imensidão

territorial, tem diversos formatos de carnaval, diferentes em cada região. Assim, Capitólio (MG) se destacou dentre as cidades da região ao aderir a festividade. (DOSSIÊ DE REGISTRO DO BEM IMATERIAL CARNAPITÓLIO CAPITÓLIO/MG, 2012).

Atualmente, o Carnapitório é um patrimônio cultural registrado, com processo registro do bem imaterial datado de 2010, se configurando em um importante bem histórico, cultural e tradicional do município, além ser reconhecido no cenário regional e estadual como o melhor carnaval do Lago de Furnas, atraindo um público numeroso para a cidade. (CAPITÓLIO, [2018?]).

Além do Carnapitório, o município conta com uma série de elementos culturais tombados e inventariados, dentre eles Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas, Bem Móveis e Integrados e Sítios Naturais, presentes tanto no perímetro urbano quanto nas áreas rurais e o Balneário Escarpas do Lago. Dentro das Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas encontra-se a atual sede da Prefeitura Municipal de Capitólio. (CAPITÓLIO, [2018?]).

## **4.2 Estudo da área de projeto e seu entorno**

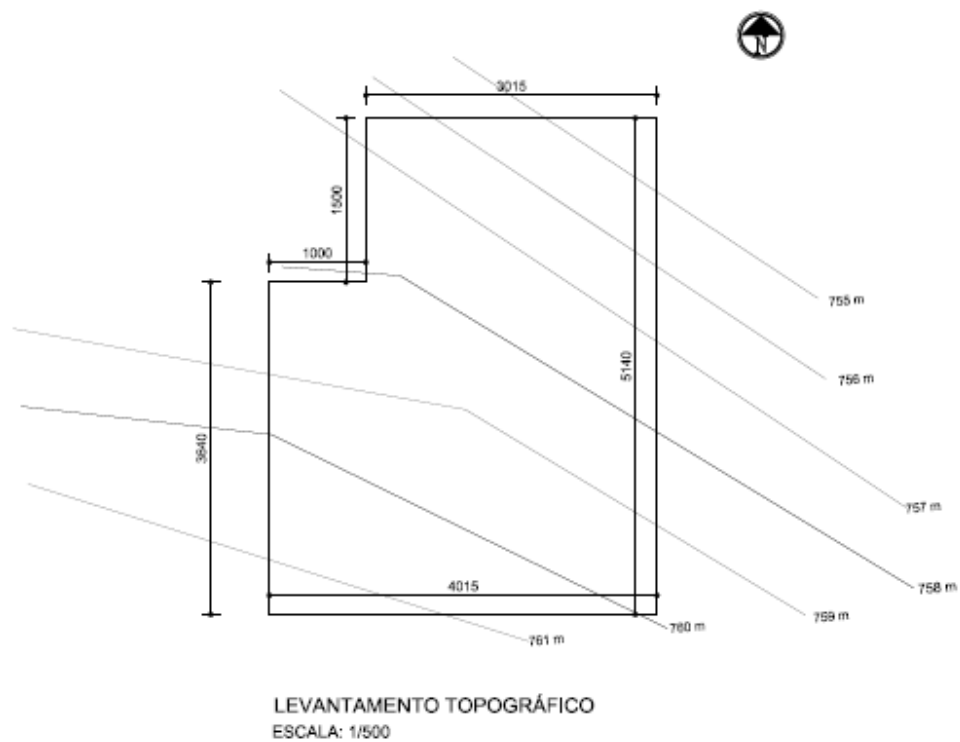
A área escolhida (FIG. 3) para o desenvolvimento do projeto da nova sede da Prefeitura Municipal de Capitólio está localizada em Capitólio (MG). Com área total de aproximadamente 1.914 m<sup>2</sup> e 7 metros de desnível (FIG. 4). A área conta com um acesso pelo Rua Dr. Avelino de Queiróz.

Figura 3 – Área de projeto em relação a cidade.



Fonte: GOOGLE EARTH, 2018, adaptado pela autora.

Figura 4 – Levantamento topográfico da área de projeto.

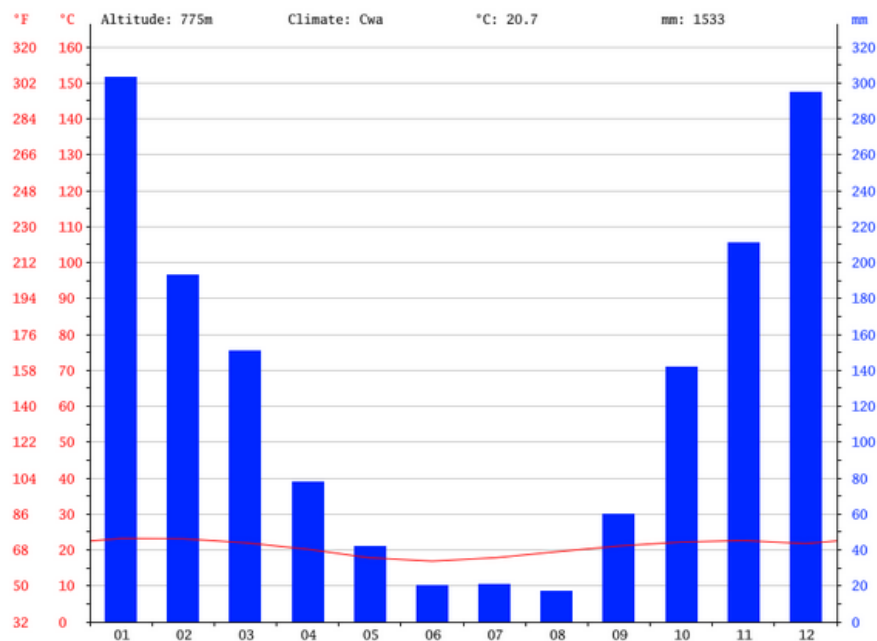


Fonte: GLOBAL MAPPERS, 2018, adaptado pela autora.

O traçado urbano do município é, em grande parte, em malha regular, com uma inclinação maior ao Norte. As vias principais, rua Dr. Avelino de Queiróz e rua Coronel Lourenço Belo, estão situadas na parte mais plana, facilitando o fluxo de pedestres e veículos. Na área central da cidade encontram-se grande parte dos serviços e comércios. Esse eixo central se desenvolveu no sentido Leste-Oeste, fazendo com que a incidência solar se dê paralelamente a ele. (DOSSIÊ DE REGISTRO DO BEM IMATERIAL CARNAPITÓLIO CAPITÓLIO/MG, 2012).

A topografia do município é formada por terrenos planos, ondulado e montanhosos, apresentado ainda escarpas, maciços e cânions (estes quase sempre as margens do Lago de Furnas). Os principais corpos hídricos dentro do perímetro urbano são os córregos do Virgílio e do Ambrósio. O clima predominante é o tropical temperado, com temperaturas variando entre 11,5°C a mínima e 28,5°C a máxima e com estações do ano bem definidas. O índice pluviométrico é de aproximadamente 1.448. mm (FIG. 5). (PMSB, 2016).

Gráfico 1 – Temperatura e precipitação anual de Capitólio.



Fonte: CLIMATE, ([2018?]).

A população residente no entorno da área é de classe média-alta. Além disso, por se tratar de uma área comercial, os habitantes têm o costume de acordar e dormir mais cedo que o restante da população.



A escolha da área se deu devido à sua localização central privilegiada e dinâmica, na parte mais plana da cidade, em uma via que, apesar de ser arterial, não apresenta grande movimento durante o dia. Além disso, a área escolhida está localizada próxima aos principais pontos de referência do município. Essas características facilitam o acesso da população a edificação, além de otimizar o uso do espaço.

#### 4.2.1 Dados iconográficos.

As FIG. 5, FIG. 6 e FIG. 7 apresentam o levantamento fotográfico da área em que o projeto será desenvolvido. Já as FIG. 8 e 9 apresentam o entorno da área onde está inserido o terreno, onde encontram-se diversas edificações mistas, dentre elas uma casa que é um Patrimônio Inventariado.

Figura 5 – Face frontal da área de projeto (portão fechado).



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Figura 6 – Fachada frontal da área do projeto (portão aberto)



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Figura 7 – Área interna do terreno.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Figura 8 – Entorno da área do projeto (Casa Inventariada)



Fonte: GOOGLE EARTH, 2018.

Figura 9 – Entorno da área do projeto



Fonte: GOOGLE EARTH, 2018.

#### 4.2.2 Condicionantes climáticos

O estudo de ventilação e insolação foi realizado (FIG. 10), para conhecer melhor as características ambientais da área, para um aproveitamento do espaço mais eficiente e um melhor conforto ambiental da edificação. A área de projeto está inserida em uma região pouco arborizada no município ao Sul e muito arborizada ao Norte, o que gera um equilíbrio já que a face Norte é a que mais recebe radiação solar (se comparada a face Sul). Logo, a área de projeto conta com uma sensação térmica mais amena, se comparado a regiões completamente sem arborização presentes no município.

Figura 10 – Ventilação e insolação.



Fonte: GOOGLE EARTH, 2018, adaptado pela autora.

O estudo das condicionantes climáticas é importante para uma melhor implantação do prédio no lote, aproveitando da melhor maneira possível o vento e a radiação solar, quando necessário.

### 4.3 Análise dos mapas-síntese

Os mapas-síntese auxiliam no estudo da área de projeto, bem como seu entorno. É por meio deles que é possível observar as características físicas do entorno da área de intervenção, melhorando a implantação da edificação, aproveitando as características de seu entorno e buscando não prejudicar as edificações vizinhas.

Para um melhor estudo foi delimitado a área do entorno que será analisada. (FIG. 11).

Figura 11 – Delimitação da área de entorno a ser analisada.



Fonte: GOOGLE EARTH, 2018, adaptado pela autora.

#### 4.3.1 Mapa de hierarquia viária

O mapa de hierarquia viária (FIG. 12) indica a presença de apenas uma via arterial no município. A área de projeto está localizada nessa área, facilitando o acesso da população, bem como de visitantes e turistas, às dependências da prefeitura.

Figura 12 – Mapa de hierarquia viária.



Fonte: GOOGLE EARTH, 2018, adaptado pela autora.

#### 4.3.2 Mapa de cheios e vazios

O mapa de cheios e vazios (FIG. 13) indica que, a parte Norte é grandemente ocupada, com um adensamento alto. Já a parte Sul é pouco ocupada, sendo caracterizada pela presença de lotes vazios, bosques e áreas de preservação.

Além disso, por meio do mapa é possível verificar a presença de alguns lotes vazios no perímetro urbano, áreas que não tem ocupação funcional ou de interesse social.

Figura 13 - Mapa de cheios e vazios.

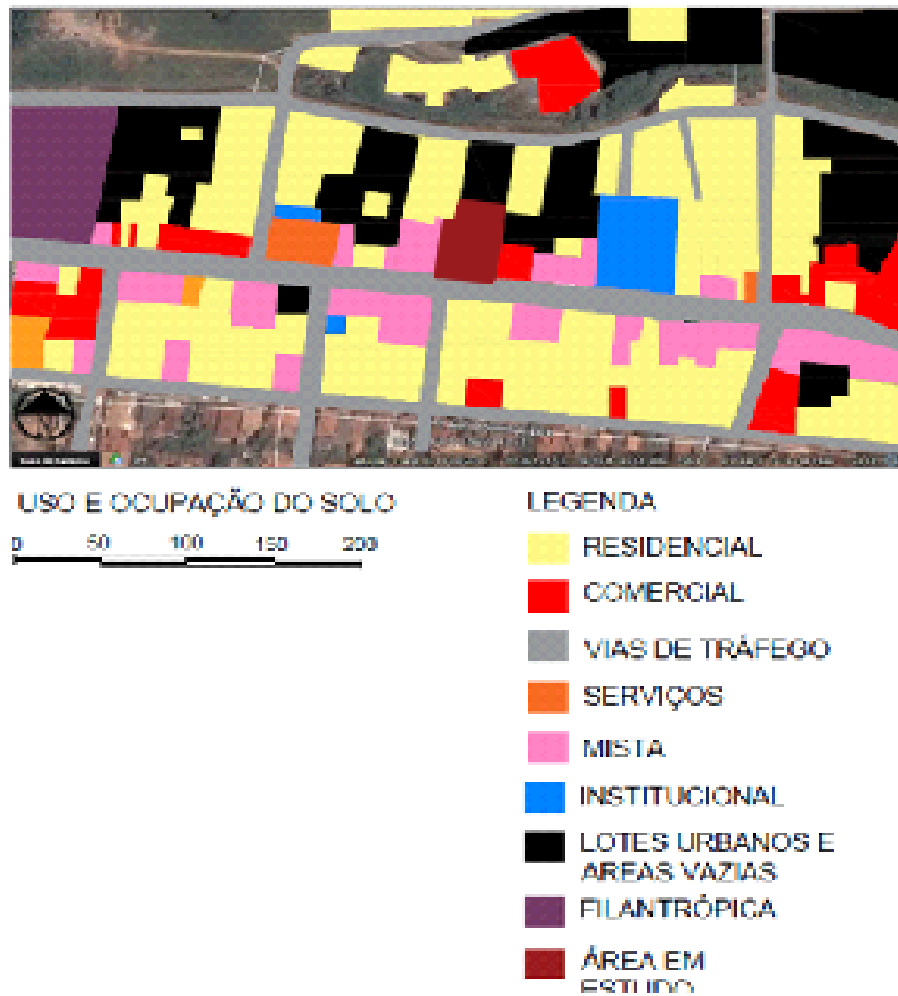


Fonte: GOOGLE EARTH, 2018, adaptado pela autora.

#### 4.3.3 Mapa de uso e ocupação do solo.

O mapa de uso do solo (FIG. 14) indica que o entorno da área de projeto é caracterizado pela presença de edificações mistas (comercial e residencial) e institucionais (educacional, segurança e serviços). Na parte comercial encontram-se comércios na área alimentícia, vestuário, de medicamentos e turismo.

Figura 14 – Mapa de uso e ocupação do solo.



Fonte: GOOGLE EARTH, 2018, adaptado pela autora.

#### 4.3.4 Mapa de gabarito de altura.

O mapa de gabarito de altura das edificações (FIG.15) demonstra que, apesar da parte Norte ser quase que completamente ocupada, a maioria das edificações são de 01 a 02 pavimentos.



Figura 15 – Mapa de gabarito de altura das edificações.



Fonte: GOOGLE EARTH, 2018, adaptado pela autora.

#### 4.3.5 Mapa de áreas verdes e arborização.

O mapa de área verdes (FIG. 16) indica que no entorno, a Norte, existe uma abundância de arborização. Já a parte Sul é mais edificada, contando com pouca arborização urbana.

Figura 16 – Mapa de áreas verdes e arborização.



Fonte: GOOGLE EARTH, 2018, adaptado pela autora.

#### 4.3.6 Mapa de hidrografia e drenagem

O mapa de hidrografia e drenagem (FIG. 17) indica a presença de um córrego no entorno. As áreas adjacentes a esse córrego são áreas alagáveis que necessitam de um sistema de drenagem, já que alagamentos nessa área são recorrentes. Além disso, o município conta com um sistema de drenagem de água pluvial composto por bueiros distribuídos em pontos estratégicos (nas esquinas das ruas em declive), realizando o recolhimento dessas águas pluviais.

Figura 17 – Mapa de hidrografia e drenagem.

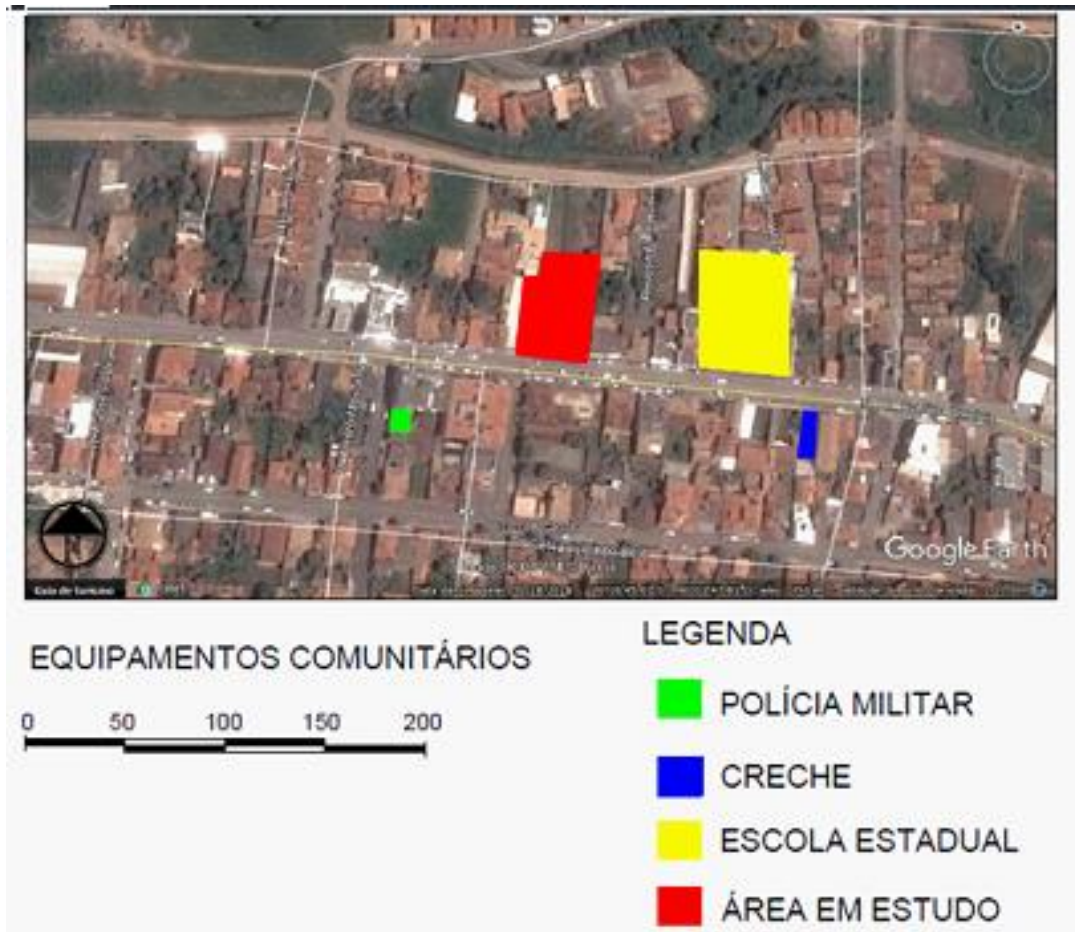


Fonte: GOOGLE EARTH, 2018, adaptado pela autora.

#### 4.3.7 Mapa de equipamentos comunitários.

O mapa de equipamentos urbanos comunitários (FIG. 18) revela a presença, no entorno, de alguns equipamentos existentes no município, sendo eles escola, creche, e uma delegacia da polícia militar.

Figura 18 – Mapa de equipamentos urbanos comunitários.



Fonte: GOOGLE EARTH, 2018, adaptado pela autora.

#### 4.3.8 Mapa de mobiliário urbano.

O mapa de mobiliário urbano (FIG. 19) indica que o entorno da área de projeto é bem iluminada e conta com algumas lixeiras estrategicamente posicionadas, atendendo em sua maioria aos comércios presentes no lugar.

Figura 19 – Mapa de mobiliário urbano.



Fonte: GOOGLE EARTH. Adaptado pela autora, 2018.

## 5 LEITURA DE OBRAS ANÁLOGAS

Serão apresentados quatro projetos de prefeitura para análise e referência.: Prefeitura de Viborg, Dinamarca; Prefeitura de Tønder, Dinamarca; Prefeitura de Montigny-le-Tilleul, Bélgica e Prefeitura de Buenos Aires, Argentina.

### 5.1 Prefeitura de Viborg.

Localizada em Viborg, na Dinamarca, o projeto da nova sede da prefeitura, uma grande escultura branca flutuante que se abre para a praça e novo parque verde, foi desenvolvido pelo escritório Henning Larsen Architects. (DELAQUA, 2015a).

Segundo o site do escritório, Henning Larsen (2011, tradução nossa), o edifício, implantado em uma antiga área militar, é caracterizado por sua grande luminosidade, abertura e flexibilidade, convidando funcionários e visitantes a entrar em seus espaços amplos e integrados. A sensação de que parte do edifício está flutuando se dá devido a sua base, ou parte inferior estar pintada de preto, enquanto sua parte superior está pintada de branco. (FIG. 20).

Figura 20 – Edificação “flutuante”.



Fonte: DELAQUA, 2015a.

O telhado verde, implantado na base da edificação (FIG. 21), interage com as coberturas verdes dos estacionamentos da praça localizada em frente à prefeitura, criando um novo espaço de convívio na cidade. Já na edificação, o átrio interior é o

coração que une comunidade dos servidores públicos com a comunidade dos cidadãos. (DELAQUA, 2015a).

Figura 21 – Telhado Verde.



Fonte: DELAQUA, 2015a.

Neste grande átrio interno de seis níveis, a escadaria que liga os diferentes níveis se torna um elemento escultural (FIG. 22). Além da escadaria, os pavimentos também são interligados por dois elevadores. As áreas destinadas ao uso dos funcionários se localizam no pavimento superior, oferecendo privacidade e uma bela vista com acesso direto a um grande terraço exclusivo. (HENNING LARSEN, 2011, tradução nossa).

Figura 22 – Átrio Interior.



Fonte: DELAQUA, 2015a.

A estrutura da fachada se caracteriza por ser um elemento de expressão distinta, além de proporcionar proteção contra o sol. (FIG. 23). (DELAQUA, 2015a).

Figura 23 – Fachada.



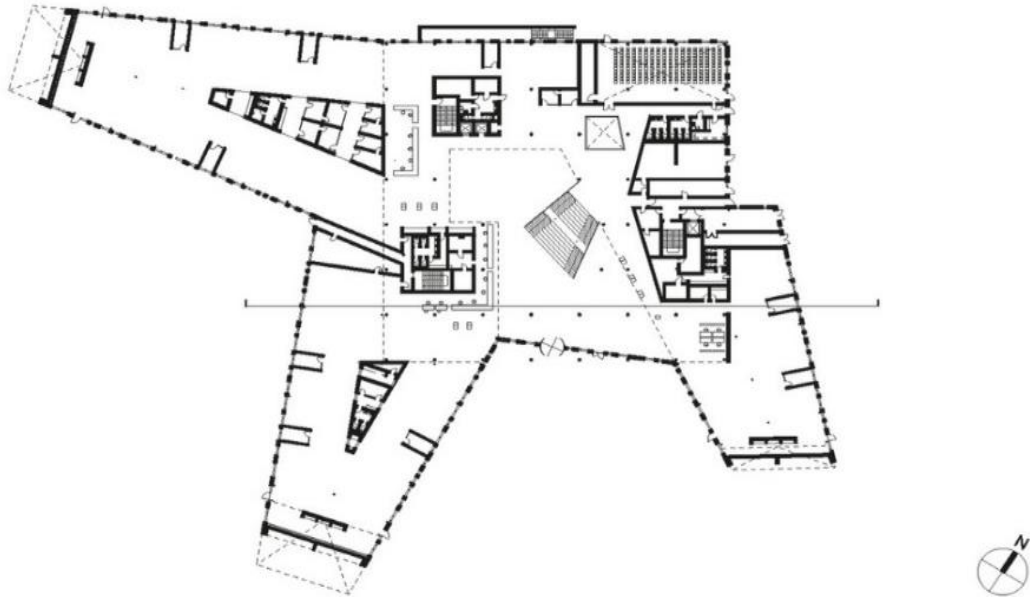
Fonte: DELAQUA, 2015a.

Totalmente sustentável e com baixo gasto energético, a nova sede da prefeitura, com 19.400 m<sup>2</sup> de área construída, é um marco na área, sendo um local de trabalho moderno e um novo lugar de valor tanto para os cidadãos quanto para os funcionários. (DELAQUA, 2015a).



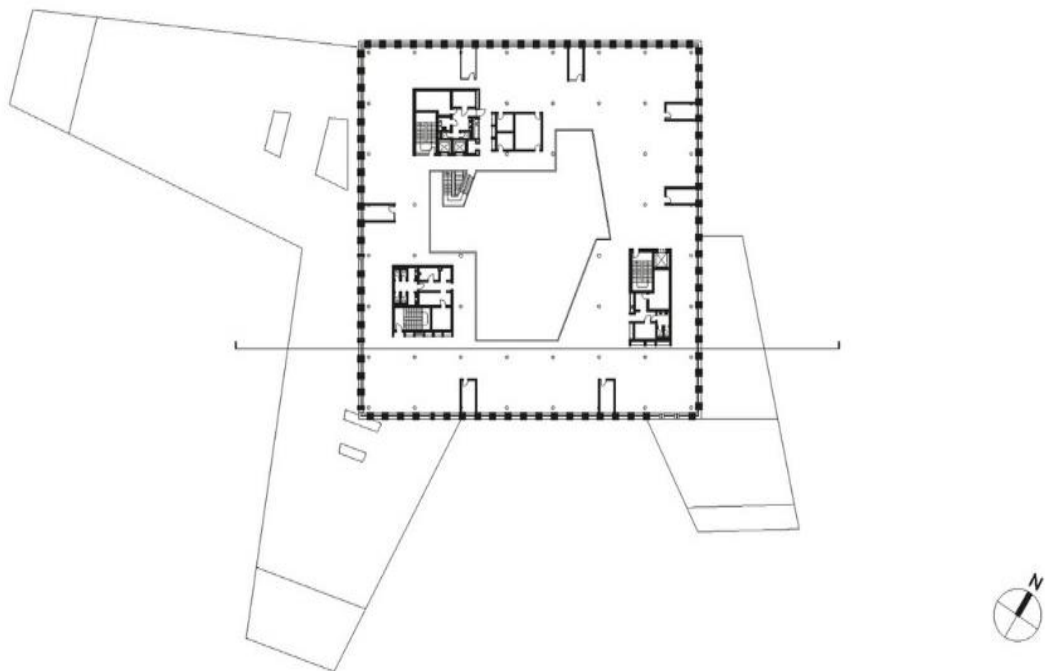
Nas FIG. 24, FIG. 25, FIG. 26 e FIG. 27 são apresentados os desenhos técnicos do projeto.

Figura 24 – Planta Baixa Pavimento de uso comum.



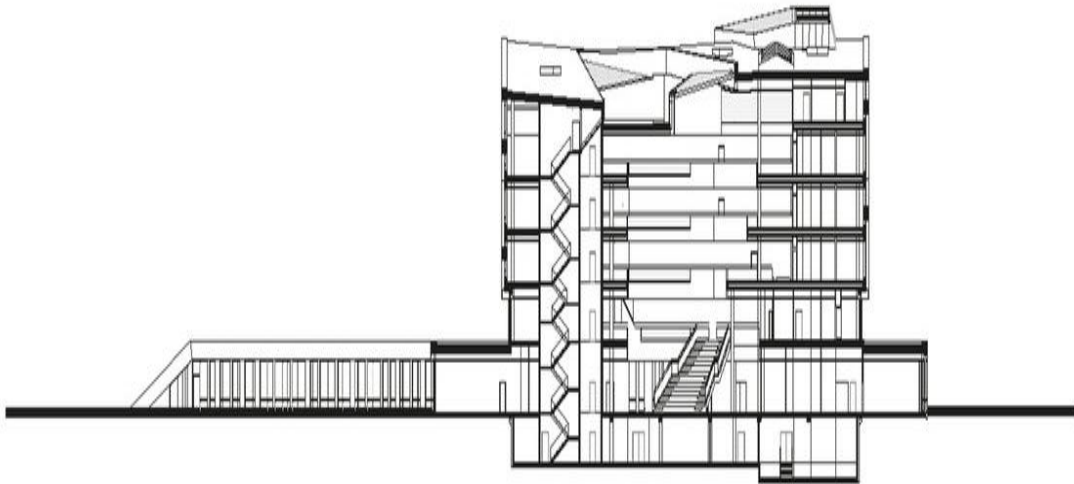
Fonte: DELAQUA, 2015a.

Figura 25 – Planta Baixa pavimento exclusivo dos funcionários.



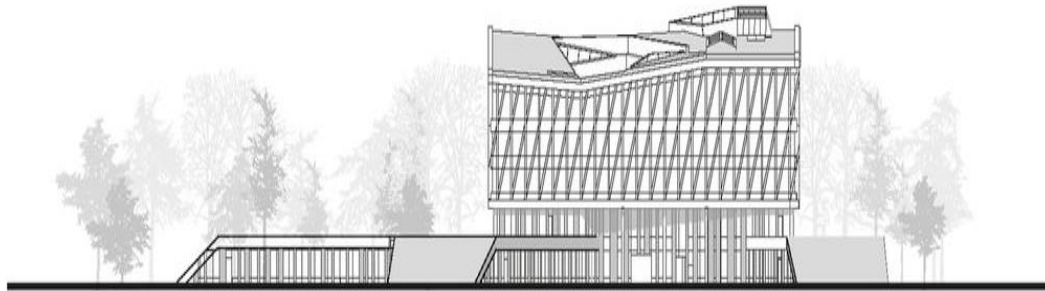
Fonte: DELAQUA, 2015a.

Figura 26 – Corte.



Fonte: DELAQUA, 2015a.

Figura 27 – Desenho da Fachada.



SØ FACADEN 1:1000

Fonte: DELAQUA, 2015a.

Destaca-se, para o uso do presente trabalho, a luminosidade dos espaços de trabalho e a integração entre os servidores públicos e a comunidade (por meio do átrio central).

## 5.2 Prefeitura de Tønder.

Em 2013, o escritório SLETH architects ganhou um concurso aberto de arquitetura para a extensão da prefeitura de Tønder, na Dinamarca. Desde então, o projeto da edificação foi executado e, posteriormente, complementado com o projeto paisagístico. (DELAQUA, 2017).

De acordo com o Delaqua (2017), o edifício da prefeitura de Tønder é uma construção dos anos 1980, projeto do estimado arquiteto dinamarquês, Halldor Gunnløgsson, *se caracteriza por ter uma expressão distinta, densa e pesada*. Com janelas pequenas e detalhes arquitetônicos pós-modernistas, esse estilo arquitetônico era muito comum nos anos 80, sendo característico em grande parte dos edifícios públicos da Dinamarca. (FIG. 28).

Figura 28 – Antiga Sede da Prefeitura.



Fonte: DELAQUA, 2017.

A proposta da ampliação da prefeitura original baseia-se na justaposição com a antiga sede da prefeitura – uma edificação clássica com corredores e escritórios, um hall de entrada central e uma recepção. A ampliação se caracteriza como algo novo, aberto e transparente. (FIG. 29). (SLETH, 2016, tradução nossa).

Figura 29 – Justaposição do antigo e novo edifício da Prefeitura.



Fonte: DELAQUA, 2017.

O novo edifício se abre para a antiga Prefeitura, criando um espaço comum integrado para seus funcionários e para a população, com uma estrutura informal e aberta – um plano democrático e não hierárquico. Mesmo se submetendo a edificação antiga, a ampliação ainda tem uma expressão própria – um edifício de vidro que interage com o exterior e convida, de uma forma informal, a população a entrar. (FIG. 30). (DELAQUA, 2017).

Figura 30 - Ampliação da Prefeitura.



Fonte: DELAQUA, 2017.

O conceito do projeto é uma combinação entre a brutalidade e o peso do edifício original frente a leveza e delicadeza do novo edifício. A proposta não cria duas edificações concorrentes, mas sim duas partes do conjunto que trabalham juntas e se complementam. (SLETH, 2016, tradução nossa).

A nova prefeitura está localizada na transição de construções históricas significativas e da paisagem do pântano. A atmosfera da cidade histórica é trazida para o projeto por meio do tijolo vermelho, utilizado no novo pátio e na superfície do piso térreo do edifício. Já a paisagem do pântano é marcada na forma curva da fachada em vidro, enaltecendo a paisagem e as curvas próximas ao rio. (FIG. 31). (DELAQUA, 2017).

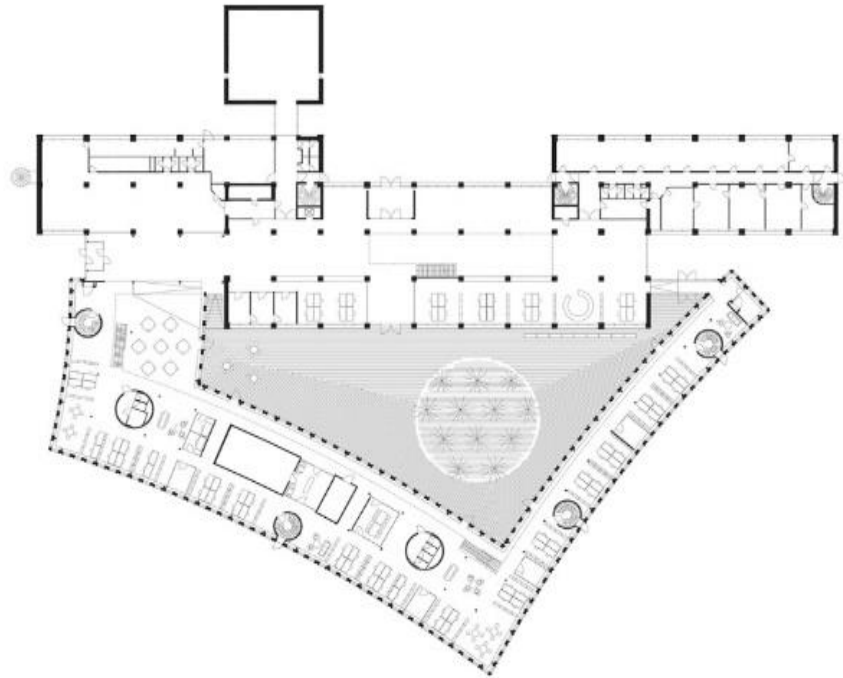
Figura 31 – Atmosfera histórica da cidade no novo edifício.



Fonte: DELAQUA, 2017.

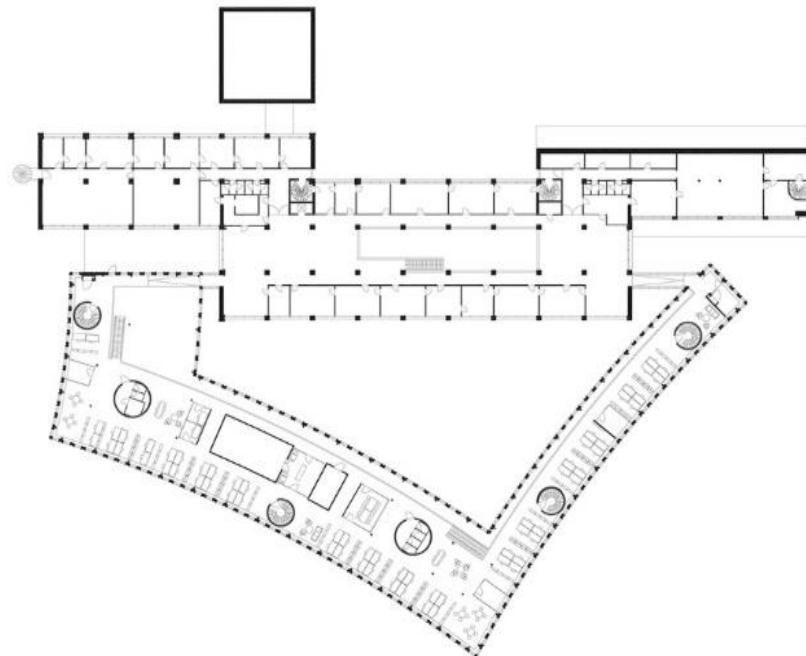
Nas FIG. 32 e FIG. 33 são apresentados os desenhos técnicos do projeto.

Figura 32 – Planta Baixa Pavimento Térreo.



Fonte: DELAQUA, 2017.

Figura 33 – Planta Baixa Pavimento Superior.



Fonte: DELAQUA, 2017.

Para o presente trabalho destaca-se o respeito ao entorno e a história da cidade, sem perder sua identidade e a integração entre os ambientes de trabalho.

### 5.3 Prefeitura de Montigny-le-Tilleul.

A ampliação, projetada pelos escritórios V+ e Office Bouwtechniek, foi construída ao lado da antiga prefeitura, em um terreno com vista para o parque Vale do Sambre, na Bélgica. (DELAQUA, 2015b).

Um dos maiores desafios enfrentados pelos arquitetos foi amplificar o uso público e preservar o anel de tílias, uma vegetação típica da região, em seus limites. (DELAQUA, 2015b).

Conforme Delaqua (2015b), devido a topografia do terreno, os arquitetos optaram por uma impressionante estrutura em balanço – ao invés de simplesmente colocar o edifício sobre a terra. A cafeteria é a única em contato com o solo, podendo ser utilizada para os eventos realizados no parque localizado em frente a edificação. (FIG. 34).

Figura 34 – Estrutura em balanço.



Fonte: DELAQUA, 2015b.

Foi projetado com uma leve inclinação que direciona o público à recepção, onde os diferentes serviços podem ser facilmente localizados, já que estão estrategicamente localizados em cada uma das três ramificações da planta. (DELAQUA, 2015b).

O objetivo do projeto é demonstrar que a arquitetura contemporânea pode se integrar, de forma suave, ao contexto rural e patrimonial por meio da horizontalidade,

a sobriedade e a abstração de suas fachadas e de sua estrutura, além da legibilidade de sua planta. (FIG. 35). (DELAQUA, 2015b).

Figura 35 – Abstração da fachada e da estrutura.



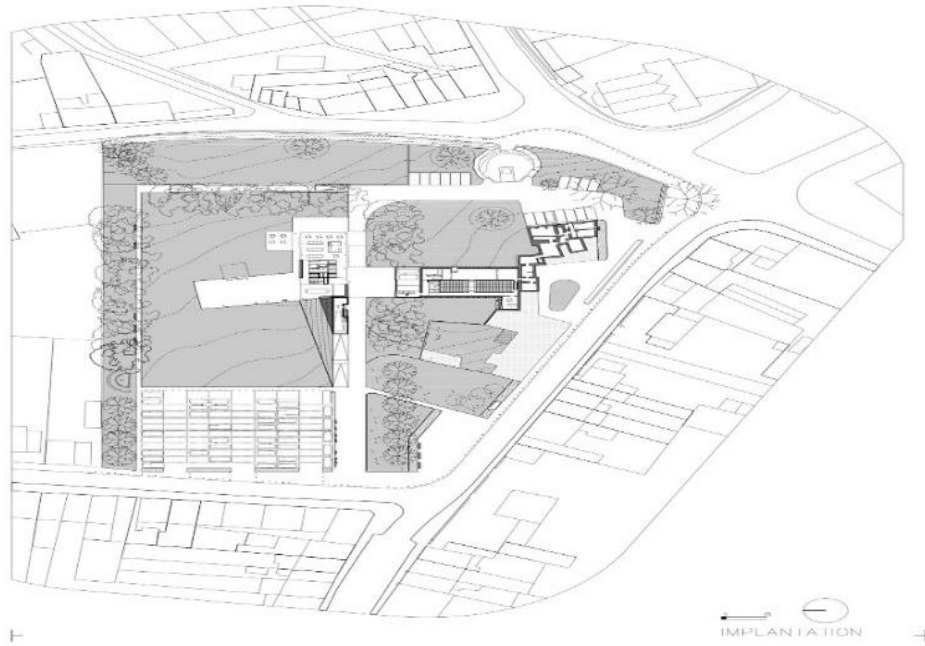
Fonte: DELAQUA, 2015b.

Analisando em uma escala maior, o projeto ainda proporcionou um rearranjo do estacionamento e das ruas que o rodeiam, apresentando a população com um novo parque. (DELAQUA, 2015b).

Nas FIG. 36, FIG.37, FIG. 38, FIG.39 e FIG. 40 são apresentados os desenhos técnicos do projeto.

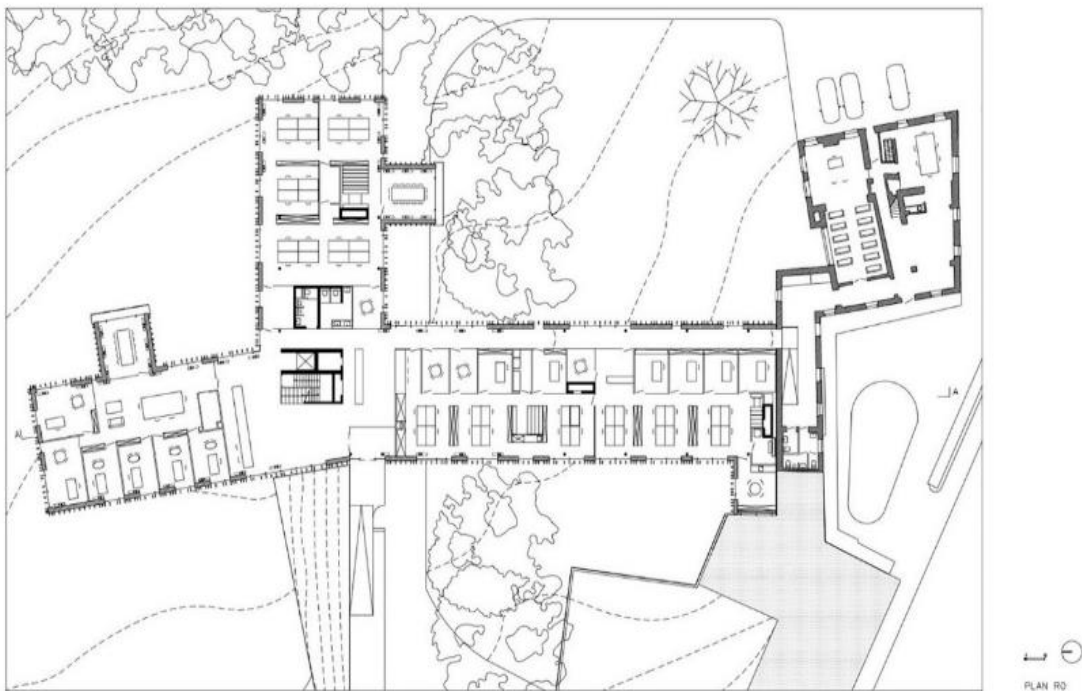


Figura 36 – Implantação.



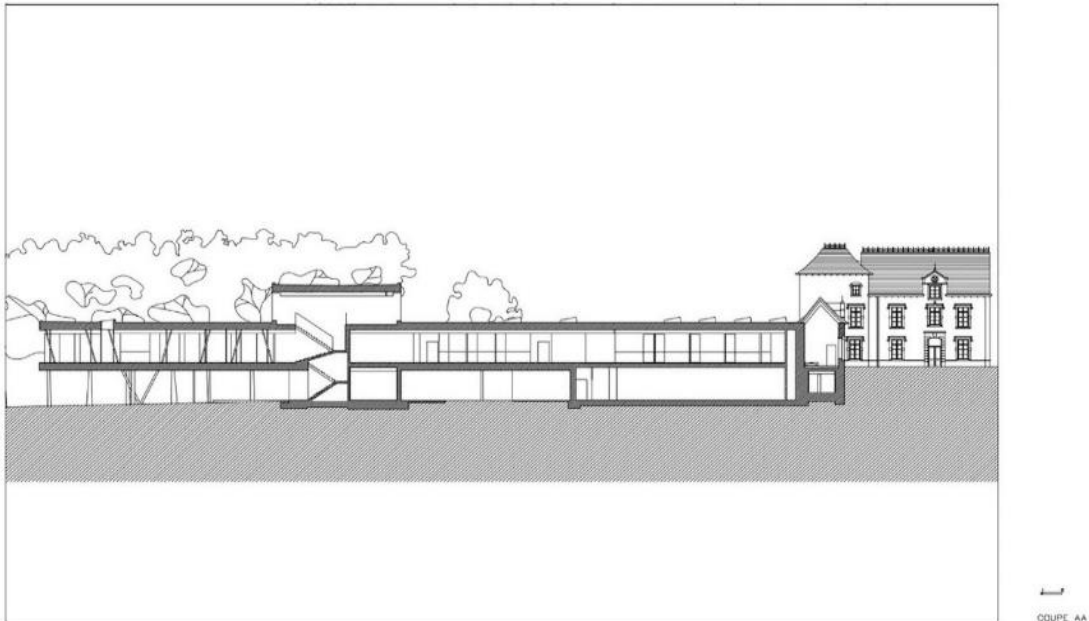
Fonte: DELAQUA, 2015b.

Figura 37 - Planta Baixa.



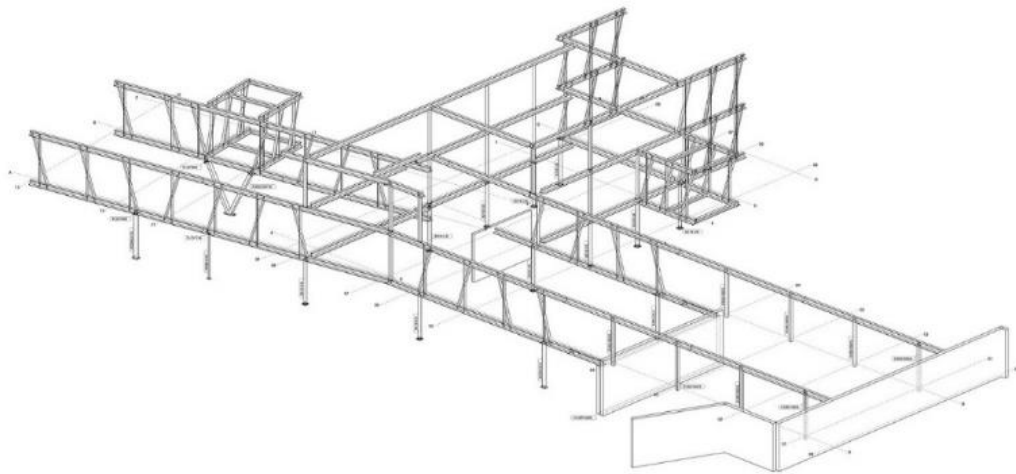
Fonte: DELAQUA, 2015b.

Figura 38 – Corte.



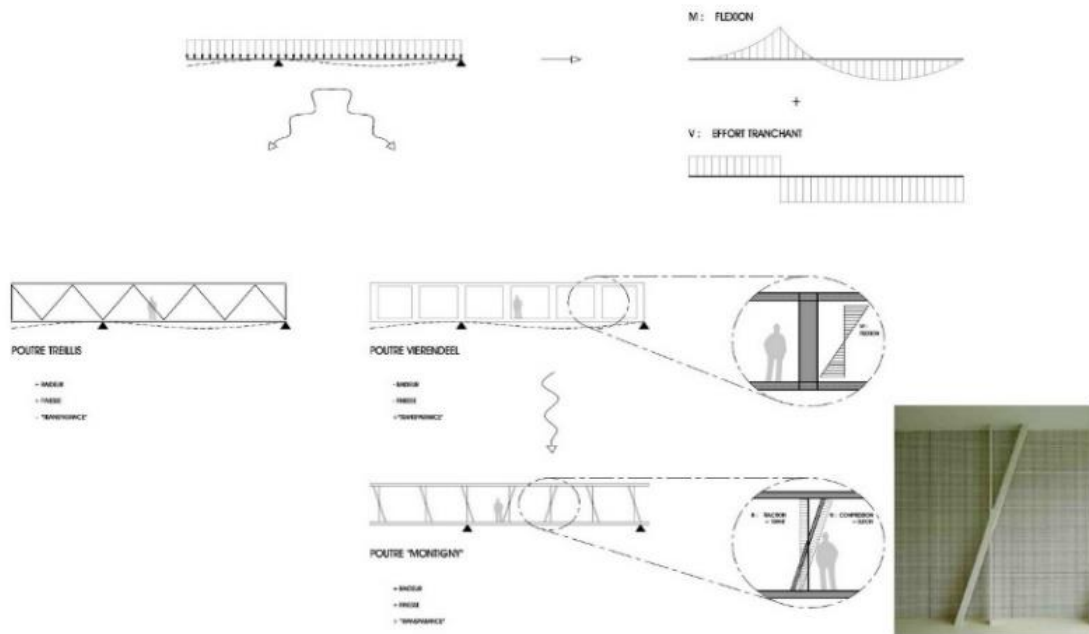
Fonte: DELAQUA, 2015b.

Figura 39 – Detalhe da estrutura.



Fonte: DELAQUA, 2015b.

Figura 40 – Detalhe vigas e pilares.



Fonte: DELAQUA, 2015b.

Para o desenvolvimento do projeto apresentado no presente trabalho destaca-se a solução estrutural (vãos maiores com pilares mais esbeltos); o respeito a topografia, se adequando a ela; e a estruturação dos espaços internos.

#### 5.4 Prefeitura de Buenos Aires.

Conforme Pedrotti (2015) a nova sede da prefeitura de Buenos Aires, um edifício sustentável que abriga cerca de 1500 funcionários, além do próprio prefeito, é o primeiro projeto do escritório inglês Foster + Partners na Argentina. A edificação, que ocupa uma quadra inteira do bairro Parque Patricios, é a catalisadora da renovação do bairro e combina a eficiência ambiental com áreas de trabalho dispostas de formas flexíveis, organizadas em pavimentos-terraços.

A entrada se dá através de um átrio de quatro níveis de altura. As paredes em vidro preenchem o ambiente interno com luz natural e criam uma relação interior e exterior (com o parque localizado ao lado do edifício), proporcionando uma sensação de continuidade (FIG. 41). Os quatro pavimentos com áreas de trabalho, que são conectados por rotas de circulação e marcados por dois grandes pátios, recuam para

criar terraços internos, proporcionando uma comunicação entre os departamentos e incentivam o convívio social. (FIG. 42). (PEDROTTI, 2015; ARCOWEB, 2015).

Figura 41 – Relação edifício e parque.



Fonte: PEDROTTI, 2015.

Figura 42 – Ambiente interno de trabalho.



Fonte: PEDROTTI, 2015.

Além disso, os espaços destinados as atividades são abertos, com abundante iluminação natural e visíveis, garantindo um bom diálogo e uma boa integração entre servidores e a comunidade. (PEDROTTI, 2015).

A modulação de 8 metros dos diferentes níveis permite uma maior flexibilidade no layout - o edifício foi projetado originalmente para ser a sede do Banco Ciudad, e a flexibilidade dos espaços permitiram a fácil transição para um edifício com escritórios de governo. Um café e um auditório, com capacidade para 300 pessoas, com painéis de madeira, que poderá ser utilizado para eventos locais, foram projetados para uma futura instalação. (FOSTER AND PARTNERS, 2015, tradução nossa).

No exterior, o edifício é caracterizado por sua cobertura em forma ondulante, apoiada em pilares e que se projeta em grandes beirais, sombreando a entrada e a fachada em vidro (FIG. 43), o que aumenta a eficiência energética do edifício. No interior os tetos abobadados são texturizados e aparentes (ARCOWEB, 2015). O uso de materiais industriais, além de reforçar o caráter artesanal do bairro, também auxilia no resfriamento dos postos de trabalho, já que a combinação da massa térmica do concreto e as vigas de arrefecimento auxiliam na regulação da temperatura interna. (PEDROTTI, 2015).

Figura 43 – Cobertura ondulante.



Fonte: PEDROTTI, 2015.

A sede da prefeitura é o primeiro edifício público da Argentina a receber, em 2017, a certificação LEED Gold (ouro) em qualidade ambiental (FOSTER AND PARTNERS, 2015, tradução nossa). No projeto cada aspecto foi pensando em resposta ao clima local, incluindo a composição de cada fachada, sendo as fachadas

leste e oeste, por exemplo, sombreadas por um conjunto de brises que vão do piso ao teto. (PEDROTTI, 2015).

O arquiteto Norman Foster explica:

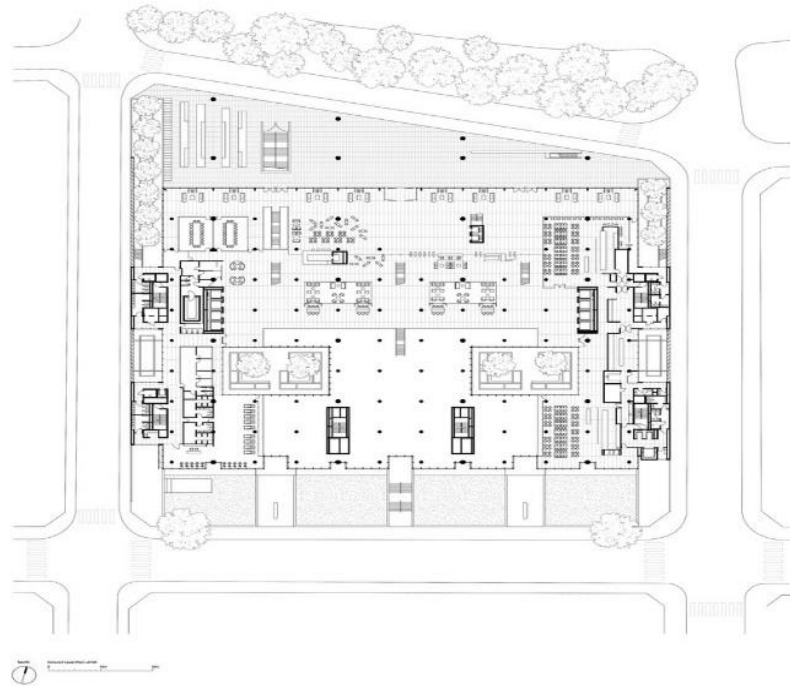
“Sustentabilidade se relaciona fortemente com o clima e recursos locais, e a *Buenos Aires Ciudad Casa de Gobierno* é uma ótima demonstração de como a arquitetura pode trabalhar com a natureza através de métodos passivos de reduzir naturalmente o uso de energia. A cobertura se estende com um beiral para gerar sombra, sua estrutura fluida em concreto é simbólica e funcional, para regular as temperaturas. Elementos de sombreamento no leste e oeste protegem os interiores da insolação solar direta, enquanto que os pátios internos permitem a luz natural alcançar o coração do edifício – desta maneira, seu desenho é uma resposta ao local e ao clima. O projeto teve um papel fundamental na regeneração deste antigo distrito industrial da cidade” (PEDROTTI, 2015).

Já David Summerfield, diretor do escritório Foster + Partners afirma:

“[...] O projeto é uma resposta ao contexto local, social e ambiental – nosso objetivo era criar um edifício altamente flexível, que celebra o maravilhoso clima da cidade e sua localização única junto à um parque, e que será uma dição positiva ao bairro revitalizado.” (PEDROTTI, 2015).

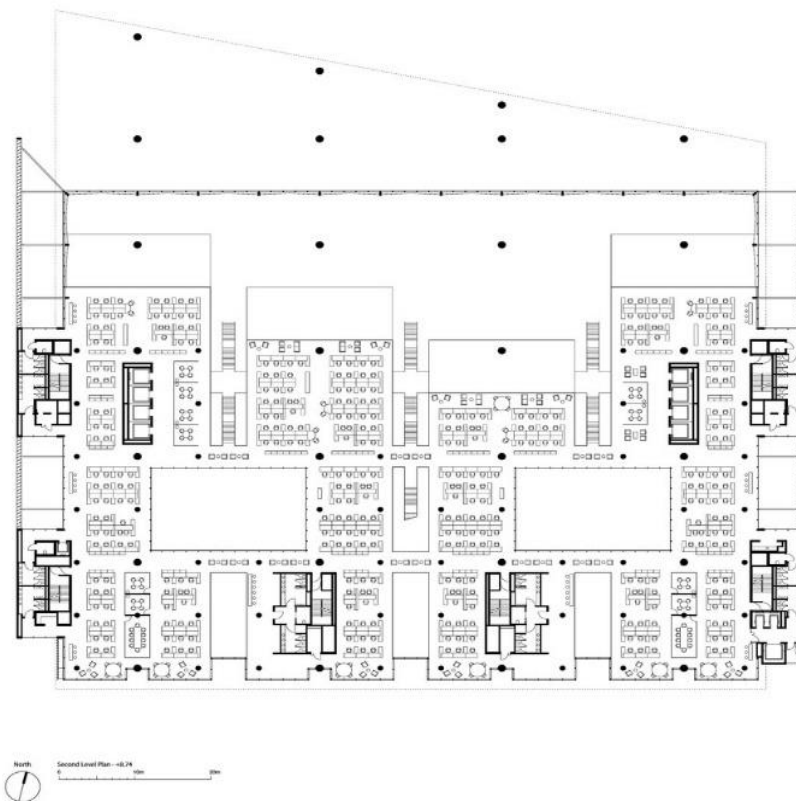
Nas FIG. 44, FIG. 45, FIG. 46 e FIG. 47 são apresentados os desenhos técnicos do projeto.

Figura 44 – Planta Baixa Térreo.



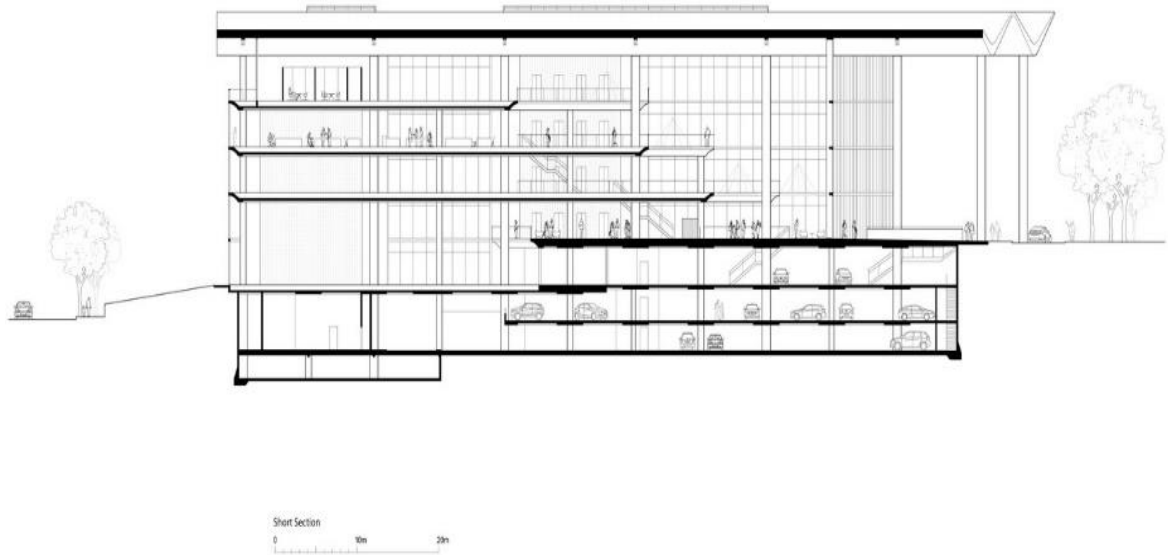
Fonte: PEDROTTI, 2015.

Figura 45 – Planta Baixa Pavimento Superior.



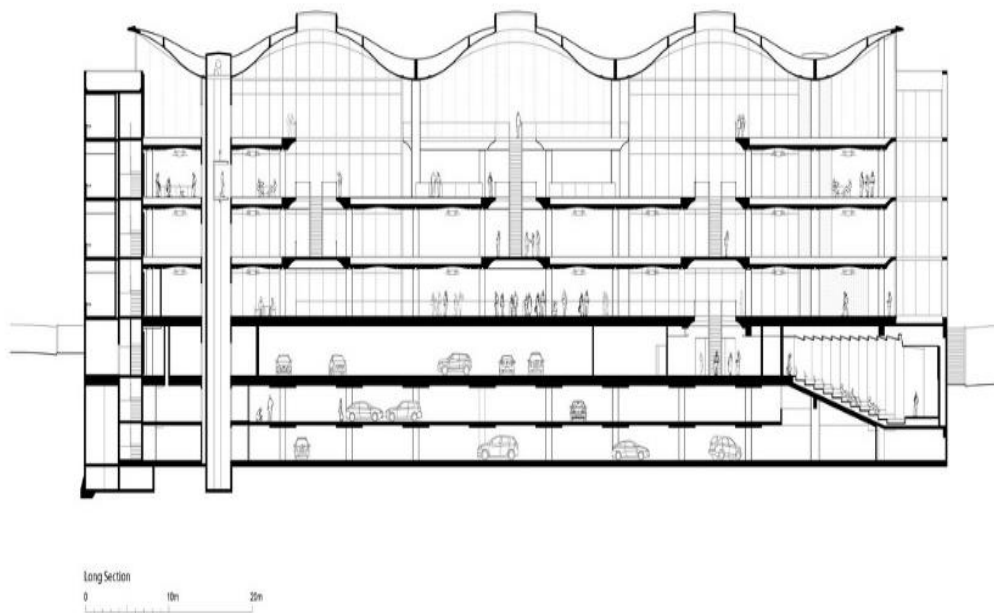
Fonte: PEDROTTI, 2015.

Figura 46 – Corte Transversal.



Fonte: PEDROTTI, 2015.

Figura 47 – Corte Longitudinal.



Fonte: PEDROTTI, 2015.



Para o desenvolvimento do presente trabalho, destaca-se os espaços de trabalho flexíveis, bem iluminados e integrados; a área de convivência dos funcionários e comunidade (promove a integração de ambos) e a eficiência energética do edifício.

## 6 PROPOSTA PROJETUAL

A proposta trata-se de um projeto para a nova Sede da Prefeitura Municipal de Capitólio. A nova sede trará parâmetros de acessibilidade, um dos fatores essenciais em todos os edifícios, especialmente edifícios públicos.

### 6.1 Programa de Necessidades

O programa de necessidades foi desenvolvido para melhor atender a demanda da administração pública municipal. O pré-dimensionamento estabelece, de forma primária, as dimensões dos espaços que compõe o projeto, visando uma circulação interna acessível. (QUADRO 3).

Quadro 3 – Programa de Necessidades.

SETOR	AMBIENTE	PRÉ-DIMENSIONAMENTO - VARIÁVEL (m²)
GABINETE PREFEITO	Chefe de Gabinete/Secretaria	25,25
	Gabinete do Prefeito	20,58
	Gabinete do Vice-Prefeito	10,26
	Sala de Reuniões	25,00
	Lavabo	3,00
SECRETARIA E DEPARTAMENTOS, AMBIENTES DE TRABALHO	Secretaria de Educação	50,00
	Secretaria de Obras	135,00
	Departamento Pessoal	60,00
	Controladoria Geral	22,40
	Departamento de Compras Públicas	12,00
	Segurança do Trabalho	22,00
	Assessoria Jurídica	22,40
	Financeiro	35,00
	Guarita	4,00
	Salas de Reunião (3)	25,00 (cada)
Ouvidoria	12,74	
AREAS PRIVATIVAS – FUNCIONÁRIOS	Cozinha de Apoio	51,20
	Refeitório	14,00 cada
	Almoxarifado	12,20
	D.M.L. (3)	4,50

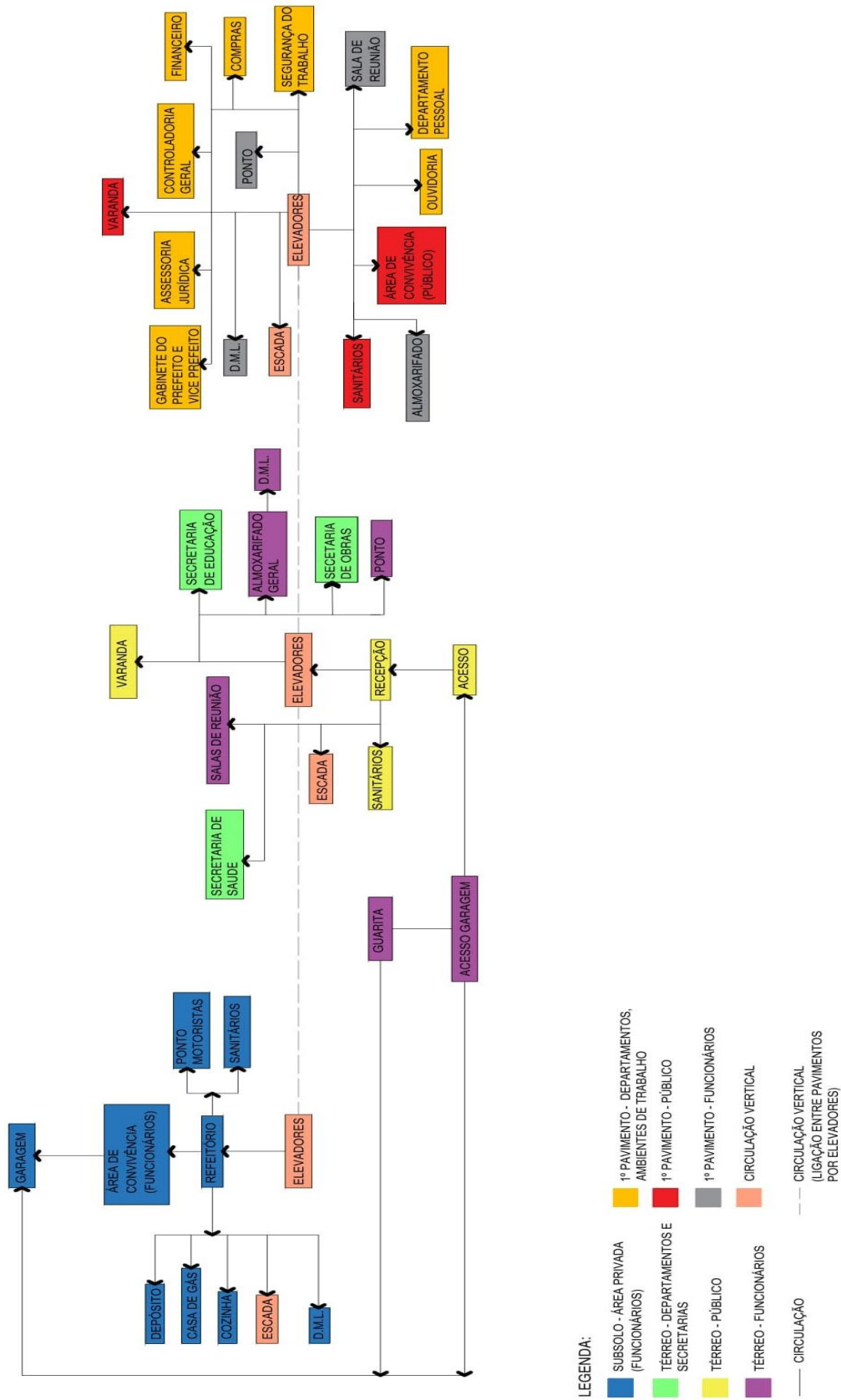
ÁREAS PRIVATIVAS - FUNCIONÁRIOS	Área de Convivência	100,00
	Pontos (3)	5,35
	Depósito	4,58
	Garagem	400,69
ÁREAS COMUNS	Recepção	30,25
	Área de convivência	100,00
	Sanitários	30,00 (cada)
	Circulação Vertical (elevadores)	8,50
	Circulação Vertical (escada)	16,85
	Varanda	25,57 (cada)

Fonte: A autora (2018).

## 6.2 Fluxograma

Após o desenvolvimento do Programa de Necessidades foi possível determinar o fluxograma da edificação (FIG. 48), que permitirá o futuro desenvolvimento do projeto do edifício.

Figura 48 – Fluxograma da edificação.



Fonte: Da autora (2018).

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo apresentou a necessidade de uma nova edificação para a administração pública municipal, sendo essa edificação acessível e adequada para melhor atender a população.

Uma edificação pública deve, antes de tudo, ser um local onde, tanto a população quanto os servidores públicos, possam transitar livremente, sem obstáculos. Além disso, ambientes bem estruturados proporcionam um desempenho mais eficiente e uma maior satisfação dos usuários da edificação.

Um projeto que integra espaços, de forma organizada, possibilitando uma maior produtividade, é satisfatório não somente para a população local, mas também para os donos das casas de veraneio do condomínio Escarpas do Lago.

Em resumo, pode-se concluir que toda edificação deve ser acessível, mas, uma edificação pública, como uma prefeitura, deve seguir a isca essa regra já que a mesma pertence ao povo e deve atendê-lo sem nenhuma exceção.

Sendo assim, o projeto da edificação foi desenvolvido tomando por partido a acessibilidade, por meio de espaços amplos e uma circulação livre de obstáculos, onde público e funcionários possam transitar de forma fluída. Além disso, para a integração dos diferentes pavimentos foi implantado elevadores acessíveis visando atender a toda a população, sem promover nenhum tipo de exclusão social das pessoas que possuem algum tipo de deficiência.

No ANEXO A encontra-se o Memorial Descritivo do projeto.

## 8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

\_\_\_\_\_. **NBR 9077**: Saída de emergências em edifícios. Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. **NBR 5413**: Iluminância de interiores, Rio de Janeiro, 1992.

\_\_\_\_\_. **NBR 1352**: Elaboração de projetos de edificações – Arquitetura, Rio de Janeiro, 1995.

\_\_\_\_\_. **NBR 5626**: Instalação predial de água fria, Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_. **NBR 8160**: Sistemas prediais de esgoto sanitário, Rio de Janeiro, 1999.

\_\_\_\_\_. **NBR 5410**: Instalações elétricas de baixa tensão, Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. **NBR 13570**: Instalações elétricas em locais de afluência de público, Rio de Janeiro, 1996.

\_\_\_\_\_. **NBR 13932**: Instalações internas de gás liquefeito de petróleo (GLP) – Projeto e execução, Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. **NBR 6401**: Instalações centrais de ar-condicionado para conforto – Parâmetros básicos de projeto, Rio de Janeiro, 1980.

\_\_\_\_\_. **NBR 16401**: Instalações de ar-condicionado – Sistemas centrais e unitários Parte 1: Projetos as instalações, Rio de Janeiro, 2008.

ARCOWEB. Arquitetura. **Norman Foster inaugura nova sede da Prefeitura de Buenos Aires**. [S.l.], 2015. Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/noticias/arquitetura/norman-foster-inaugura-casa-governo-buenos-aires>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5296**, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. **Programa Brasileiro de Acessibilidade – Brasil Acessível: atendimento adequado às pessoas com deficiência e restrições de mobilidade**. 1. ed. 60 p. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/publicacao/261/brasil-acessivel---caderno-1---atendimento-adequado-as-pessoas-com-deficiencia-e-restricao-de-mobilidade>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Manual de Acessibilidade para prédios públicos**: guia para gestores. Brasília, DF, 2015. Disponível em: < <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/patrimonio-da-uniao/manual-de-acessibilidade-para-predios-publicos>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

CAMPELO, G. S. B. Administração Pública no Brasil: ciclos ente patrimonialismo, burocracia e gerencialismo, uma simbiose de modelos. **Revista Ciência e Trópico**. Recife, v. 34, n. 2, p. 297-324, 2010. Disponível em: < <http://docplayer.com.br/21505635-Administracao-publica-no-brasil-ciclos-entre-patrimonialismo-burocracia-e-gerencialismo-uma-simbiose-de-modelos.html>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

CAPITÓLIO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Plano municipal de saneamento básico**. Capitólio, 2016.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Lei nº 07**, de 24 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o plano diretor integrado e participativo do município de Capitólio e dá outras providências. Capitólio, 2010. Disponível em: < [https://www.capitolio.mg.gov.br/publicos/26\\_lei\\_complementar07.pdf](https://www.capitolio.mg.gov.br/publicos/26_lei_complementar07.pdf)>. Acesso em: 02 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Lei nº 05**, de 08 de julho de 2015. Altera a Lei Complementar nº 07 de 24 de dezembro de 2010, e dá outras providências. Capitólio, 2015. Disponível em: < [https://www.capitolio.mg.gov.br/publicos/15\\_lei\\_complementar\\_005.pdf](https://www.capitolio.mg.gov.br/publicos/15_lei_complementar_005.pdf)>. Acesso em: 02 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Lei nº 882**, de 18 de fevereiro de 1992. Código de obras do município de Capitólio. Capitólio, 1992. Disponível em: < [https://www.capitolio.mg.gov.br/publicos/40\\_lei\\_n%C2%BA\\_882.pdf](https://www.capitolio.mg.gov.br/publicos/40_lei_n%C2%BA_882.pdf)>. Acesso em: 02 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Lei nº 1757**, de 08 de julho de 2015. Altera a Lei Municipal nº 882 de 20 de janeiro de 1992, e dá outras providências. Capitólio, 1992. Disponível em: < [https://www.capitolio.mg.gov.br/publicos/55\\_lei\\_n%C2%BA\\_1757.pdf](https://www.capitolio.mg.gov.br/publicos/55_lei_n%C2%BA_1757.pdf)>. Acesso em: 02 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Nossa Cidade. **Histórico**. Capitólio, [2018?]. Disponível em: < <https://www.capitolio.mg.gov.br/portal/cidade/1/Hist%C3%B3rico>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Patrimônio Cultural**. Capitólio, [2018?]. Disponível em: < <https://www.capitolio.mg.gov.br/portal/servicos/37/Patrim%C3%B4nio-Cultural>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

CLIMATE. **Clima**: Capitólio. [S.l.], [2018?]. Disponível em: <<https://pt.climate-data.org/location/24951/>>. Acesso: 20 abr. 2018.

COPSTEIN, L. **3 projetos que apostaram na transparência**. [S.l.], 2018. Disponível em: < <https://arquiteturaeconstrucao.abril.com.br/materiais/3-projetos-que-apostaram-na-transparencia/>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

COSTA, F. L. Prefácio a uma história da administração pública brasileira. In: ENCONTRO DA ANPAD, 22, 2008a, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD/APS, 2008. Disponível em: < <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-A3136.pdf>> Acesso em: 15 fev. 2018.

COSTA, F. L. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **Revista de Administração Pública - RAP**. Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, p. 829-874, set./out. 2008b. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6656/5240>>. Acesso em 10 fev. 2018.

COTRIM, G. **História e consciência do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 352 p.

DELAQUA, V. **Prefeitura de Tønder/SLETH Architects**. [S.l.], 2017. Disponível em: <[https://www.archdaily.com.br/br/868187/prefeitura-de-tonder-sleth-architects?ad\\_medium=gallery#send-validation-email](https://www.archdaily.com.br/br/868187/prefeitura-de-tonder-sleth-architects?ad_medium=gallery#send-validation-email)>. Acesso em: 16 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Prefeitura de Viborg/Henning Larsen Architects**, [S.l.], 2015a. Disponível em: <[https://www.archdaily.com.br/br/774936/prefeitura-de-viborg-henning-larsen-architects?ad\\_medium=gallery](https://www.archdaily.com.br/br/774936/prefeitura-de-viborg-henning-larsen-architects?ad_medium=gallery)>. Acesso em: 22 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Prefeitura de Montigny-le-Tilleul/V+**, [S.l.], 2015b. Disponível em: <[https://www.archdaily.com.br/br/760069/prefeitura-de-montigny-le-tilleul-v-plus?ad\\_medium=gallery](https://www.archdaily.com.br/br/760069/prefeitura-de-montigny-le-tilleul-v-plus?ad_medium=gallery)>. Acesso em: 18 abr. 2018.

FERREIRA, L. **Administração Pública**. 2012. 92 slides. Instituto de Gestão, Economia e Políticas Públicas. Brasília, 2012. Disponível em: < [http://igepp.com.br/uploads/arquivos/apu\\_cgu\\_2012\\_\\_aula\\_02.pdf](http://igepp.com.br/uploads/arquivos/apu_cgu_2012__aula_02.pdf)>. Acesso em: 11 mar. 2018.

FILHO, M. X. C. **Administração pública brasileira**. Latin american journal of business management, Taubaté, v. 6, n. 1, p. 216-247, jan. 2015. Disponível em: < <http://www.lajbm.net/index.php/journal/article/view/243/132>>. Acesso em 08 fev. 2018.

FISCHER, T. Administração pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. **Revista de Administração de Empresas - RAE**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 278-288, out./dez. 1984. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rae/v24n4/v24n4a38.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2018.



FONSECA, A. S. **Direito Administrativo: Organização Administrativa Brasileira**. 2014. 8 p. Material didático da disciplina Bases Procedimentais da Administração Pública (Curso de Direito)-Faculdade Paraibana, João Pessoa, 2014. Disponível em: < [http://www.fap-pb.edu.br/aluno/arquivos/material\\_didatico/direito/administrativo/organizacao\\_administrativa\\_brasileira.pdf](http://www.fap-pb.edu.br/aluno/arquivos/material_didatico/direito/administrativo/organizacao_administrativa_brasileira.pdf)>. Acesso em: 11 mar. 2018.

FONTANA, B. **Centro Administrativo para o município de Jóia – RS**. 2015. 112 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil)-Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul-UNIJUÍ, Ijuí, 2015. Disponível em: < <http://www.projetos.unijui.edu.br/petegc/wp-content/uploads/tccs/2015/TCC%20Betina%20Fontana.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2018.

FOSTER + PARTNERS. Projects. **Buenos Aires Ciudad Casa de Gobierno**. [S.l.], 2015. Disponível em: < <https://www.fosterandpartners.com/projects/buenos-aires-ciudad-casa-de-gobierno/>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

GALERIA DA ARQUITETURA. **Projetos/Governamental**. [S.l.], [2018?]. Disponível em: < <https://www.galeriadaarquitetura.com.br/i-t/projetos/arquitetura-de-edificacoes-publicas/7/>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

GAMA, B. B. **Apart Hotel Urbano**: Um novo conceito de habitação para a terceira idade. 2016. 164 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: < [https://issuu.com/biagamaa/docs/tfg\\_bia\\_gama\\_apart\\_hotel\\_urbano\\_um\\_](https://issuu.com/biagamaa/docs/tfg_bia_gama_apart_hotel_urbano_um_)>. Acesso em: 30 mar. 2018.

GOOGLE EARTH. **Capitólio - MG**. [S.l.], 2017. Acesso: 18 abr. 2018.

HENNING LARSEN. News. **New Sustainable Town Hall Opens in Viborg**. [S.l.], 2011. Disponível em: < <https://henninglarsen.com/en/news/archive/2011/09/29-new-sustainable-town-hall-opens-in-viborg>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Inclusão social da pessoa com deficiência**: medidas que fazem a diferença. Rio de Janeiro: IBDD, 2008. Disponível em: < <http://www.ibdd.org.br/arquivos/inclusaosocial.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. v. 24. 580 p. São Paulo. 1958. Disponível em: < [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_24.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_24.pdf)>. Acesso em 31 mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. **Capitólio**. [2018?]. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/capitolio/panorama>>. Acesso em 19 mai. 2018.

KEINERT, T. M. M. Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-92). **Revista de Administração de Empresas – RAE**. São Paulo, v. 34, n. 3, p. 41-48,

mai./jun. 1994. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rae/v34n3/a04v34n3.pdf>>. Acesso em 08 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas**. 2. ed. São Paulo: Annablume; Fapesb, 2007. 219 p.

LACOMBE, P. Q. **Dossiê de Registro do Bem Imaterial Carnapitório Capitólio/MG**. Ed. Capitólio, 2012, 108 p.

LEMOS JÚNIOR, C. B. **A implantação da Usina Hidrelétrica de Furnas (MG) e suas repercussões**: estudo sobre a territorialização de políticas públicas. 2010. 116 p. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: < <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/287129>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

MARTINS, L. C.; NOGUEIRA, C. C. B.; SOARES, M. L. Utilização de parâmetros de acessibilidade em edifícios públicos: estudo de caso – biblioteca pública Governador Menezes Pimentel em Fortaleza. In: ENCONTRO NACIONAL DE ERGONOMIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 6., 2016, Recife. **Anais...** São Paulo: Blucher, 2016. p. 29-40. Disponível em: <<http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/designproceedings/eneac2016/ACE01-1.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

MINAS GERAIS. Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais. **Instrução Técnica 08 / 2017 – Saída de emergência em edificações**. Belo Horizonte, 2017. Disponível em:<<http://www.bombeiros.mg.gov.br/component/content/article/471-instrucoes-tecnicas.html>>. Acesso em: 11 mai. 2018.

MOURA, T. F. F.; LIMA, T. V. F. B. **A acessibilidade nas escolas do ensino fundamental de Lins**. 2015. 112 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Fisioterapia)-Centro Universitário Católico Salesiano *Auxilium*-UNISALESIANO, Lins, 2015. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/58543.pdf>>. Acesso em 13 fev. 2018.

OLIVEIRA, F. A. Conceituação do direito administrativo. **Revista de Direito Administrativo - RDA**. Curitiba, v. 121, p. 16-57, jul./set. 1975. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/41476/40218>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

OLIVEIRA, L. M. **O vereador e o prefeito no Brasil**. [S.l.], 2011. Disponível em: < <http://www.etecnico.com.br/paginas/mef15313.htm>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

PAULA, A. R.; COSTA, C. M. **A hora e vez da família em uma sociedade inclusiva**. São Paulo: SORRI-BRASIL, 2006. 26 p. Disponível em: <<http://www.sorri.com.br/sites/default/files/Cartilha%20-%20A%20hora%20e%20a%20vez%20da%20familia%20-%20SORRI-BRASIL.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

PEDROTTI, G. **Nova sede Prefeitura Buenos Aires/Fosters + Partners..** [S.l.], 2015. Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/br/765243/nova-sede-prefeitura-buenos-aires-foster-plus-partners>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

REVISTA FURNAS, Centrais Elétricas S/A. **Edição Especial de 50 anos de Furnas:** Como tudo começou. Ed. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: < [http://www.furnas.com.br/arqtrab/ddppg/revistaonline/linhadireta/rf337\\_57-67.pdf](http://www.furnas.com.br/arqtrab/ddppg/revistaonline/linhadireta/rf337_57-67.pdf)>. Acesso em: 31 mar. 2018.

SCHMIDT, M. F. **Nova história crítica:** ensino médio – volume único. 1 ed. São Paulo: Nova Geração, 2005. 840 p.

SCHINDLER. Aplicações. **Edifícios Públicos.** [S.l.], [2018?]. Disponível em: <<https://www.schindler.com.br/internet/pt/solucoes-em-mobilidade/aplicacoes/edificios-publicos.html>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

SLETH. Portfolio. **Tønder TownHall.** [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.sleth.dk/portfolio/tonder-townhall/>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

SOUSA, C. L. **Perícias em edificações com foco em acessibilidade e desenho universal.** 2014. 49 p. Monografia (Especialização em Construção Civil)-Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: < <http://pos.demc.ufmg.br/novocecc/trabalhos/pg3/123.pdf>>. Acesso em 23 mar. 2018.

TORRES, M, D. F. **Estado, democracia e administração pública.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 224 p.

VIGGIANO, M. H. S. **Edifícios públicos sustentáveis.** Brasília: Senado Federal, 2010. 42 p. Disponível em: <[https://www12.senado.leg.br/institucional/programas/senado-verde/pdf/Cartilhaedificios\\_publicos\\_sustentaveis\\_Visualizar.pdf](https://www12.senado.leg.br/institucional/programas/senado-verde/pdf/Cartilhaedificios_publicos_sustentaveis_Visualizar.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2018.

## **ANEXO A – Memorial Descritivo**

**PROGRAMA:** Trabalho de Conclusão de Curso  
**EMPREENHIMENTO:** Nova Sede da Prefeitura de Capitólio  
**ENDEREÇO:** Rua Dr. Avelino de Queiróz  
Bairro Centro – Capitólio - MG  
**IMÓVEL:** Sede da Prefeitura de Capitólio  
**DATA DE REFERÊNCIA:** outubro/ 2018.

### **OBJETIVO DO MEMORIAL:**

O presente memorial tem por objetivo estabelecer critérios, tipo de materiais, bem como normas para a execução das obras de construção da nova sede da Prefeitura de Capitólio, bem como da secretaria de saúde, de educação e de infraestrutura.

### **PROJETOS:**

Serão fornecidos ao executor a planta de situação do terreno, bem como o projeto de arquitetura da edificação administrativa. A seguir, temos as especificações básicas de cada item do projeto.

## **I.0 - SERVIÇOS PRELIMINÁRES E GERAIS**

### **1.1 - Descrição do edifício**

Planta de projeto arquitetônico prevendo:

- **SUBSOLO:** Cozinha de Apoio, Despensa, D.M.L., Sanitários (Feminino e Masculino), Ponto dos motoristas, Refeitório, Escada, Elevadores (2), Casa de Gás, Depósito, Área de Convivência dos Funcionários, Garagem (18 vagas, sendo 2 destinadas a P.N.E.);

- **TÉRREO:** Recepção, Sanitários (Feminino e Masculino), Ponto dos Funcionários, Escada, Elevadores (2), D.M.L., Almojarifado geral, Varanda, Sala de

Reunião (2), Secretaria de Infraestrutura (Tributos, Arquivo, Obras), Secretaria de Educação (Recepção, Coordenação, Secretário (a), Arquivo) e Secretaria da Saúde (Recepção, Viagens, Assistência Social, Administração, Secretário (a), Arquivo);

- 1º PAVIMENTO: Sanitários (Feminino e Masculino), Almoxarifado, D.M.L., Sala de Reunião, Departamento Pessoas (Recursos Humanos, Arquivo), Segurança do Trabalho, Compras, Ponto Funcionários, Assessoria Jurídica, Controladoria Geral, Varanda, Escada, Elevadores (2), Área de Convivência Público, Ouvidoria, Gabinete do Prefeito e Vice (Chefe de Gabinete/Secretária, Sala do Vice Prefeito, Sala do Prefeito, Lavabo, Sala de Reunião), Financeiro (com Hall e Arquivo).

## 1.2 - Quadro de áreas

1.2.1 - ÁREA DO LOTE: 1.914,78 m<sup>2</sup>, sendo 40,15 m de frente e, a maior medida de fundos de 51,42 m.

1.2.2 - ÁREAS DA EDIFICAÇÃO: área construída = 2.032,74 m

## 1.3 - Locação

A locação da casa será feita obedecendo-se às medidas do projeto de arquitetura e o código de obras e o plano diretor do Município de Capitólio - MG. O posicionamento na parte frontal, onde se localiza a entrada da edificação deve ter afastamento de 2,00 metros testada e recuo lateral direito de 1,50 metros.

Após a realização dos cortes e aterros necessários, a obra será locada com ripão corrido e caibros e nivelada em todo o perímetro, com 0,20m no mínimo acima do nível mais alto do pavimento térreo da edificação

## 2.0 - INFRAESTRUTURA

### 2.1 - Fundações

As fundações do tipo estacas pré-moldadas de concreto, com bloco de coroamento também em concreto, serão executadas de acordo com as normas pertinentes de resistência do terreno, utilizando-se para isso perfurações com profundidades de no mínimo 2,00m no terreno nivelado, nos locais onde serão levantadas as paredes. Tanto o dimensionamento da fundação, a armação, e o tipo de concreto a ser utilizado deverão ser estabelecidos pelo engenheiro responsável pelo projeto estrutural.

### 3.0 - PAREDES

#### 3.1 - Alvenaria

As paredes externas e internas serão executadas em alvenaria de tijolos de cerâmicos de seis furos de 14x19x29 e resistência média de Mpa, assentados rigorosamente de acordo com os projetos fornecidos, em argamassa de cimento e areia no traço 1:4. As juntas terão espessura máxima de 1,5 cm, rebaixadas com a ponta da colher para facilitar a perfeita aderência dos revestimentos. Nos arremates das empenas e paredes, serão executadas com duas fiadas de tijolos comuns assentados em massa de cimento no traço 1:3 com 01 (um) ferro corridos de 6.3mm.

Nas portas e janelas, serão executadas vergas de concreto de 0,10m x 0,10m, conforme dimensões em projeto estrutural.

#### 3.2 - Revestimentos

Os revestimentos das paredes serão em chapisco comum em areia e cimento no traço 1:4 em todas as superfícies, tanto interna como externa. Em seguida as paredes serão revestidas com reboco paulista no traço 1:6, com massa de cimento e areia com espessuras de 2,5cm na parte interna e externa das paredes. Após esse processo, os ambientes deverão receber revestimentos diferenciados, sendo eles:

- Revestimento Cerâmico Artens 31x58cm, modelo LBR31000, na cor branca, acabamento esmaltado, borda reta, assentado com argamassa colante ACI, rejunte de 2mm: para áreas molháveis como sanitários, lavabo, cozinha, D.M.L. (segundo o quadro de especificações presente nas pranchas técnicas);
- Revestimento em massa e pintura acrílica, acabamento fosco, na cor branco neve, Suvinil ou equivalente: para os demais ambientes internos (segundo o quadro de especificações presente nas pranchas técnicas);
- Revestimentos externos: seguir o quadro de especificações presente nas pranchas técnicas.

#### 3.3 - Esquadrias

As esquadrias serão industrializadas da marca BALDEX, ATLÂNTICA, ABRILAR, nas mesmas medidas do projeto de arquitetura, ou com medidas diferentes para adequação das medidas comerciais existentes, desde que seja mantida a área

de iluminação e ventilação exigida pelo ambiente. Em todos os ambientes serão utilizadas janelas maxim ar, segundo as medidas estabelecidas no quadro de especificação das esquadrias, sendo que todos os vidros deverão ser foscos. As portas serão de vidro e de madeira, de correr e de abrir, segundo o quadro de especificações de esquadrias presente nas pranchas técnicas. Os portais deverão ser instalados conforme o estabelecido pelo fabricante

### 3.4 - Ferragens

#### 3.4.1 - Dobradiças

Serão fornecidas pelo fabricante junto ao conjunto de portas/esquadrias.

#### 3.4.2 - Fechaduras

Todas as portas, tanto de vidro quanto de madeira, terão uma fechadura de marca definida, testada e garantida pelos fabricantes.

### 3.5 - Vidros

Todos os vidros deverão ser blindex e foscos.

## 4.0 - COBERTURA

### 4.1- Madeiramento

A estrutura de madeira constituirá de peças de madeira de lei, utilizando vigotas 5x11 apoiadas sobre parede da cumeeira e paredes laterais para o ripamento em caibros 3x4,5 fixados com pregos 18x24 sobre as terças para receber a cobertura de telhas termoisolantes sanduíche. Toda a estrutura do telhado terá uma inclinação de no mínimo 6,25% conforme projeto de arquitetura.

## 4.2 - Telhado

A cobertura será executada com telhas tipo termoisolante sanduíche, com preenchimento em EPS, em toda a área da cobertura, com arremate de cumeeira e dos beirais na massa de traço 1:6

## 5.0 - PINTURAS

### 5.1- Paredes

Após secagem completa das paredes internas e externas, serão elas limpas e pintadas com tinta PVA látex, em duas demãos aplicadas diretamente sobre as mesmas.

## 6.0 - PAVIMENTAÇÕES

### 6.1 - Contra-pisos

Efetuados conforme a infraestrutura.

### 6.2 – Rodapés e soleiras.

Deverão ser executados em granito branco absoluto de 20mm, arestas retas. Os rodapés terão altura de 20 cm.

## 7.0 - INSTALAÇÕES E APARELHOS

### 7.1 - Instalações hidro sanitárias

O dimensionamento das instalações, a especificação do tipo do material, marca, dentre outros aspectos, deverão ser estabelecidos pelo engenheiro responsável pelo projeto hidro sanitário, devendo ser respeitado o que é estabelecido pelas normas pertinentes ao projeto.



## 7.2 - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

O dimensionamento das instalações, a especificação do tipo do material, sistema de alimentação, marca, dentre outros aspectos, deverão ser estabelecidos pelo engenheiro responsável pelo projeto elétrico, devendo ser respeitado o que é estabelecido pelas normas pertinentes ao projeto.

## 7.3 - APARELHOS

### 7.3.1 - Louças

As louças serão das marcas Ideal Standard, Flamingo, Incepa, Celite, Icasa, ou Azalea, cor branca, sendo instaladas nos sanitários e no lavabo do prefeito.

### 7.3.2 - Bancada da pia

A bancada da pia, tanto da cozinha quanto dos D.M.L. será de resina ou mármore sintético, marcas Marmotec, Fozara ou Decoralita, nas dimensões de 1.00m x 0,60m, apoiada sobre parede de alvenaria de tijolos cerâmicos furados de meia vez com lastro de concreto de 5,00 cm sobre o piso, com acabamento em reboco paulista. Serão feitas barras lisas sobre as pias de 1,00m x 0,30m

## 7.4 - Torneiras e registros

As torneiras e registros serão de metal, marca Viqua, ou Casa das Torneiras, nas especificações do projeto hidro sanitário.

## 8.0 - DIVERSOS

### 8.1- Escadas

As escadas deverão ser em concreto, com revestimento cerâmico Embramaco, 50x50cm, modelo albino White, acabamento esmaltado, borda

arredondada, assentado com argamassa ACIII, rejunte impermeabilizante, espaçamento entre as peças de 7mm.

## 8.2 - Placa de identificação

Será em chapa galvanizada, com fundo e letras pintados em tinta esmalte e fixada no poste de energia.

## 8.3 – Elevadores

Os elevadores da marca Montele, modelo EML8 (com casa de máquinas construída pelo proprietário), devendo ser instalado seguindo as recomendações do fabricante.

## 9.0 - LIMPEZA FINAL DA OBRA E REMOÇÃO DE ENTULHOS

Após o término da obra, será feita uma limpeza geral da unidade, tanto interna quanto externamente.

## 10.0 - CANTEIRO DE OBRAS

O canteiro de obras terá um refeitório com instalações sanitárias - banheiros, lavatórios e boxes com vasos sanitários para operários -, um almoxarifado de ferramentas e materiais de construção, depósitos de areias, alvenarias, madeiras, tambores reservatórios de água, rede elétrica provisória para equipamentos e iluminação noturna para vigilância, e rede de água provisória para execução dos serviços na obra. Todas as instalações do canteiro de obras serão executadas em estrutura de madeira com fechamento em chapas de madeirit de 10.0mm de espessura, com cobertura em telha de fibrocimento.

## 11.0 - INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS

Caberá ao Poder Público o pagamento de todas as taxas decorrentes para obtenção das ligações provisórias de água, energia e despesas de consumo durante

todo o período de execução da obra, e ainda o desligamento dessas mesmas instalações, tão logo as instalações definitivas entrarem em funcionamento.

## 12.0 - PLACA DA OBRA

Será fixada na entrada do empreendimento, em local bem visível, com todos os dados e informações necessárias do projeto, obedecendo modelo e dimensões estabelecidos pelas legislações vigentes.

## 13.0 - EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

O Poder Público obrigar-se-á a empregar todos os equipamentos e ferramentas de segurança necessárias e de acordo com normas pertinentes de segurança do trabalho, para execução de serviços dentro do canteiro de obras.

## 15.0 - TAXAS E LICENÇAS

O Poder Público se encarregará de obter junto a todos os órgãos como CREA, INSS, a própria Prefeitura Municipal, Cartório de Registros ou outro órgão qualquer, todas as licenças e providências que se fizerem necessárias para o início e andamento dos serviços.

Capitólio, outubro de 2018.

Viviane Dáfila Almeida Oliveira  
Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo